



Cláudia Filipa Nicolau

Dinastia Filipina

Recursos e experiências de aprendizagem na aula de História

Relatório de Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Professora Doutora Ana Isabel Ribeiro e pela Professora Doutora Sara Dias Trindade, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

2018



Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Dinastia Filipina
Recursos e experiências de aprendizagem na aula de História

Ficha técnica

Título	Dinastia Filipina: Recursos e experiências de aprendizagem na aula de História
Autor	Cláudia Filipa Nicolau
Orientadora	Professora Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro
Coorientadora	Professora Doutora Sara Marisa da Graça Dias do Carmo Trindade
Juri	Presidente: Doutora Maria de Fátima Grilo Velez de Castro Vogais: 1. Doutora Maria Margarida Sobral da Silva Neto (Arguente) 2. Doutora Maria de Fátima Grilo Velez de Castro (Presidente Júri) 3. Doutora Ana Isabel Ribeiro (Orientadora)
Unidade Curricular	Relatório Final de Estágio
Identificação do Curso	2ºCiclo em Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário
Área Científica	História
Área de especialidade	Formação de professores- ensino de História
Data da defesa	23-10-2018
Classificação	16 valores

Índice

Ficha técnica.....	2
Abstract	5
Agradecimentos	6
1. Introdução.....	7
1.1. Estrutura e objetivos do relatório:.....	8
1.2. Contextualização	11
I. Parte.....	13
1. O Colégio	13
1.1. Caracterização da Turma.....	14
1.2. Reflexão do trabalho realizado ao longo do Estágio.....	15
II. Parte.....	22
1. Antecedentes da <i>União Ibérica</i>	22
1.1. O reinado de Filipe I	32
1.2. Filipe II	36
1.3. Filipe III	41
2. A União Ibérica	44
III. Parte	58
3. Aplicação Didática	58
1.1. Dramatização em sala de aula.....	61
1.2. <i>PowerPoint</i> : A importância da Iconografia e da análise de documentos escritos em sala de aula	66
1.3. Árvore Genealógica e novas propostas de tarefas.....	68
1.4. Roteiro de viagem pelos caminhos de Filipe I.....	70
1.5. Separadores de livros e a importância da leitura.....	72
1.6. <i>App Quiz</i> Dinastia Filipina	74
Conclusão	77
Bibliografia:	80
Anexos.....	83
1. Anexo 1 - Plano Individual de Formação.....	83
2. Anexo 2- Dossiê de materiais.....	86
3. Anexo 3 - Imagens.....	107

Resumo

Este trabalho é constituído por três vertentes: experiência pedagógica supervisionada, desenvolvimento de um tema através de uma pesquisa bibliográfica e uma aplicação didática interligada ao tema de estudo.

O tema do trabalho é Dinastia Filipina, este tema estará dividido em capítulos e subcapítulos, sendo abordados os antecedentes da União Ibérica, os reinados de Filipe I, Filipe II e Filipe III de forma individual e geral, tanto no Reino Português como no Reino Espanhol. Serão também mencionados os aspetos e os acontecimentos mais marcantes destes três reinados. Posteriormente, será abordada de forma mais detalhada a União Ibérica e os 60 anos de domínio Filipino no Reino de Portugal, tendo principalmente em conta os prós e contras desta União. Por fim, será abordada a rutura desta União e os motivos ditaram o fim desta Dinastia.

A última parte deste trabalho consta da aplicação didática. Esta aplicação contará com um dossiê de materiais e abordará questões de empatia histórica, patrimoniais, dramatização em sala de aula, análise de documentos em sala de aula, fichas de trabalho e o uso de tecnologias na aula de História. Este dossiê visa auxiliar os professores na temática, dando-lhes novos recursos para trabalharem em sala de aula e propõe novas atividades. Desta forma, os alunos também serão beneficiados porque poderão usufruir dos respetivos recursos. Todos estes materiais têm o objetivo de tornar esta temática mais abrangente, dinamizar as aulas de História e enriquecer as aprendizagens.

PALAVRAS-CHAVE: Dinastia Filipina, União Ibérica, empatia histórica, recursos didáticos, estratégias de aprendizagem.

Abstract

This work consists of three aspects: supervised pedagogical experience, development of a theme through a bibliographical research and a didactic application interconnected to the study theme.

The theme of the work is the Philippine Dynasty, this theme will be divided into chapters and sub-chapters, addressing the background of the Iberian Union, the reigns of Philip I, Philip II and Philip III individually and general, both in the Portuguese Kingdom and in the Spanish Kingdom. Will be mentioned the most striking aspects and events of these three reigns. Subsequently, the Iberian Union and the 60 years of Filipino domination in the Kingdom of Portugal will be dealt with in more detail, taking into account the advantages and disadvantages of this Union. Finally, will be approached the rupture of this Union and the reasons dictated the end of this Dynasty.

Final part of this work will be the didactic application, this application will have a dossier of materials and will address issues of historical empathy, heritage, classroom drama, analysis of classroom documents, worksheets and the use of technologies in History class. This dossier aims to help teachers on the subject, giving them new resources to work in the classroom and proposes new activities. In this way, students will also benefit because they will be able to enjoy their resources. These resources can be useful for enriching learning. All of these materials have the objective of making this theme more comprehensive, streamlining History classes and enriching learning.

KEYWORDS: Philippine Dynasty, Iberian Union, historical empathy, educational resources

Agradecimentos

A experiência pedagógica adquirida e a realização deste trabalho só foi possível graças às pessoas que me acompanharam ao longo deste percurso.

Em primeiro lugar um agradecimento especial para a nossa orientadora Professora Doutora Ana Isabel Ribeiro que sempre mostrou uma grande disponibilidade e ajuda na orientação deste trabalho. Em segundo lugar, um grande agradecimento para a nossa coorientadora Professora Doutora Sara Trindade que mostrou sempre uma disponibilidade e uma paciência enorme para com os seus orientandos.

Aos meus colegas de estágio, Edi Carreira e Beatriz Ferreira que me acompanharam e apoiaram incondicionalmente ao longo desta jornada.

À minha primeira turma, que tanto me deu a nível profissional e pessoal.

À minha mãe Irene Nicolau, que me suporta em todas as batalhas, que tantos sacrifícios fez para eu chegar até aqui e que tanto apoiou os meus sonhos, mesmo quando estes diferiam dos dela.

Aos meus avós maternos Manuela e Franclim Nicolau, a quem devo tudo. Um obrigada gigante pelo apoio incondicional e por nunca me terem deixado desistir.

Aos meus amigos, não menos importantes nesta jornada. Um obrigada enorme aos que sempre acreditaram em mim e tiveram uma palavra de apoio para me transmitir. Em especial à Beatriz Cardoso, por me ter ajudado a criar a *app*: *Quizz Dinastia Filipina*, sem ela esta proposta de atividade não seria possível.

I. Introdução

Sessenta anos de História, sessenta anos de uma Monarquia Dualista, sessenta anos envoltos em prós e contras. Uma dinastia, três reis, um Império. O apogeu do Império Hispânico e o declínio do mesmo. Um “Prudente”, um “Pio” e um “Grande” foi assim que a História designou Filipe I, Filipe II e Filipe III de Portugal. Estiveram envoltos em alianças, conflitos, domínios e insucessos.

Considero que este deve ser um tema abordado porque este problema de sucessão “constitui um dos momentos da História de Portugal que suscitou maior abundância de reflexões e controvérsia política”¹. A sua posição na História portuguesa nem sempre foi vista da melhor forma e “nada há de mais parcial do que imaginar, nesta história, o frente-a-frente entre uma potência activa”², o reino Espanhol e “uma presa passiva, a sociedade portuguesa”³.

A ideia de trabalhar este tema surgiu principalmente pelo meu interesse pela História da Monarquia Hispânica. Aliando esse fator ao meu interesse pela História de Portugal e ao facto de querer adquirir mais conhecimento sobre: a união das duas coroas e as conjunturas implicadas nesta união, achei que seria o tema indicado para explorar de forma mais abrangente. As diversas opiniões criadas em torno da figura de Filipe II de Espanha também sempre me suscitaram bastante interesse e sempre pretendi explorar essa figura histórica de forma mais pormenorizada. Além disso, sempre revelei mais interesse pelo período da Época Moderna, por isso, pretendia que o meu tema incidisse nesta Época da História. O estágio que realizei ao longo do ano coincidiu com este tema porque esta matéria faz parte do 8ºano, sendo esse o ano que lecionei permitiu-me que tivesse mais facilidade em explorar o tema escolhido e conjugá-lo com uma aplicação em sala de aula. Julgo que este ainda é um assunto controverso na História de Portugal, creio que faz divergir várias opiniões e sentimentos. “Em Portugal, durante largos anos, “o período filipino” envolvia por si só um vasto agregado de conotações pouco esclarecidas”⁴ e “repletas de uma carga negativa”⁵. A forma como a Dinastia Filipina é vista por

¹ Mattoso, José, 1993, p. 552.

² Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 51.

³ *Idem*, p. 51.

⁴ Olival, Fernanda, 2012, p. 7.

vezes, ainda se insere na “historiografia erudita do século XIX e parte do século XX, apoiando-se nas tradições textuais que remontam aos discursos políticos contemporâneos da Restauração”⁶. Assim sendo, espero conseguir através de uma intensiva pesquisa bibliográfica mostrar que atualmente a historiografia tem uma visão mais abrangente sobre este tema.

I.1. Estrutura e objetivos do relatório:

A primeira parte do Relatório de Estágio terá um capítulo: nele estará inserida a caracterização do Colégio Bissaya Barreto onde foi realizado o estágio, a caracterização da turma onde foi exercida a prática docente, a descrição das atividades curriculares e extracurriculares que foram realizadas ao longo do estágio. Além disso, este capítulo terá uma reflexão crítica sobre o percurso efetuado durante o estágio.

A segunda parte do Relatório de estágio estará dividida em dois capítulos com subdivisões. O I será uma síntese dos antecedentes que levaram a uma *União Ibérica* em Portugal. Esta parte levará o leitor para o panorama do reinado de D. Sebastião e conseqüentemente para a jornada de Alcácer Quibir. Posteriormente a leitura segue a linha dos acontecimentos para que o leitor tenha a percepção das diversas conseqüências desta jornada para o Reino de Portugal. Ainda neste capítulo o leitor será conduzido para a Crise Dinástica que ocorreu entre 1578 a 1580 que foi a principal conseqüência da expedição ao Norte de África. Recuaremos um pouco para altura em que D. Manuel I e os reis Católicos quase uniram ambas as coroas, contudo sem efeito. Por fim, este capítulo terminará com a explicação de como Filipe II de Espanha acabou por se tornar monarca da coroa portuguesa e salientarei como o Juramento das Cortes de Tomar foi fundamental para a junção das duas coroas. O subcapítulo 1.1 será uma síntese biográfica do rei Filipe I, o subcapítulo 1.2 terá a síntese biográfica do rei Filipe II e o subcapítulo 1.3 será a síntese biográfica do monarca Filipe III. O capítulo II incidirá sobre a *União Ibérica* em si, será uma síntese e análise desde o momento em

⁵ Olival, Fernanda, 2012, p. 7.

⁶Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 9.

que Filipe I efetuou o Juramento das Cortes de Tomar até ao término da Dinastia Filipina, a 1 de Dezembro de 1640.

Este trabalho terá como suporte pesquisa bibliográfica e análise de obras de vários autores. A partir dessa leitura e análise construirei um texto de forma reflexiva e crítica. Não é um tema com uma extensa bibliografia, contudo, há autores que se destacaram na investigação deste tema e na escrita de obras referentes ao mesmo. Alguns deles são Fernando Bouza, António de Oliveira, Fernanda Olival e Jeán-Frédéric Schaub.

A terceira parte do Relatório de Estágio será constituída por um capítulo que corresponde à minha aplicação didática. Esta será a junção entre a vertente científica e a pedagógica, a qual: será constituída por um dossiê de materiais sobre o tema *A União Ibérica*. No contexto desta última parte do trabalho criei um dossiê de recursos e em sala de aula foi utilizado um dos recursos existentes nesse dossiê quando foi lecionada a matéria *A União Ibérica*. Foi uma pequena peça de teatro que fez com que a respetiva matéria tivesse sido dada de uma forma menos comum. Este dossiê de recursos é constituído por: uma árvore genealógica da casa de Habsburgo, um *PowerPoint*, uma minipeça de teatro (aplicada em sala de aula), um roteiro de viagem pelos caminhos percorridos por Filipe I, fichas de trabalho, separadores para livros (como oferta e incentivo à leitura) com informação sobre os reis: D. Sebastião, Cardeal D. Henrique, Filipe I, Filipe II e Filipe III e uma aplicação de jogo: *Quizz Dinastia Filipina*. Este conjunto de materiais tem como objetivo completar a forma como o tema *A União Ibérica* é dado em sala de aula. O começo deste trabalho incidiu numa análise manuais do 8ºano antes e após a aprovação das metas curriculares e foi concluído que nos manuais este tema está pouco explícito.

Consideramos que os manuais de História contêm de forma pouco aprofundada a matéria sobre a *União Ibérica*. Este tema está inserido no tópico de 8º ano: “*União Ibérica e A Restauração da Independência*” e segundo as metas curriculares o principal objetivo deste tema é “Conhecer o processo de união dos impérios peninsulares e *A Restauração da Independência portuguesa em 1640*”. Além disso, os alunos devem adquirir competências para:

- Descrever os fatores que estiveram na origem da perda de independência portuguesa em 1580 e da concretização de uma monarquia dual.

- Relacionar a ascensão económica e colonial da Europa do Norte com a crise do Império espanhol e as suas repercussões em Portugal.

- Relacionar o incumprimento das promessas feitas por Filipe I, nas cortes de Tomar, pelos seus sucessores com o crescente descontentamento dos vários grupos sociais portugueses.

Apesar de serem várias as competências que os alunos devem adquirir segundo estas metas curriculares, este tema ocupa apenas uma página escrita no manual e uma outra com poucos documentos. Nestas duas páginas estão inseridos os antecedentes da *União Ibérica*, a crise dinástica de forma muito sucinta e o Juramento das Cortes de Tomar. Os reinados de Filipe II e Filipe III nem sequer são mencionados nestas páginas. Os alunos só têm algum tipo de informação sobre os reinados de Filipe II e III quando é dada *A Restauração da Independência* e esta informação apenas se encontra num parágrafo. Considero que é muito escassa a matéria que é dada aos alunos sobre a Dinastia Filipina. É impossível os alunos com a leitura de um parágrafo obterem informações suficientes sobre reinados posteriores ao de Filipe I. Assim sendo dificilmente conseguem cumprir o objetivo: “Relacionar o incumprimento das promessas feitas por Filipe I, nas cortes de Tomar, pelos seus sucessores com o crescente descontentamento dos vários grupos sociais portugueses” inserida neste descritor das metas curriculares. Ou seja, após a análise observa-se que os manuais praticamente passam de 1578 para 1640. Sendo que a matéria referente a 1640 já é a *Restauração da Independência*, considera-se que os alunos ficam com pouca perceção de 62 anos da História de Portugal.

Após ter sido analisado um manual antes das metas curriculares e um manual com as metas curriculares, pretendeu-se, com a criação do dossiê de materiais, que os professores pudessem ter variadas opções para aprofundar o tema e um suporte para completar o manual e explicar melhor a matéria, de forma a cativar os alunos e a que estes compreendam um tema que não é propriamente fácil de explicar a alunos de 8º ano. Sendo o manual tão pouco abrangente neste tema, os alunos podem ficar com uma grande lacuna sobre este período da História de Portugal. Tendo em conta a duração das aulas de História no 8º ano, terão sempre

que ser feitas escolhas das matérias lecionadas e obviamente não se podem aprofundar todos os temas. Contudo, tendo em conta que a *União Ibérica* está relacionada com questões de cariz nacionalista e é um tema de difícil compreensão, pensamos que deveria ter outro enfoque. Pela experiência que tivemos em sala de aula no estágio ao lecionar esta matéria, ficámos com a perceção que os alunos consideram esta uma fase negativa da História de Portugal. Assim sendo, considerou-se que, com outros recursos e com a nova historiografia inserida nos manuais, os alunos teriam uma perceção mais alargada e fundamentada do período histórico em questão.

O objetivo do professor é dar mais do que uma visão sobre o mesmo tema, contudo, os manuais continuam a colocar a História de forma narrativa. Com este trabalho, espera-se desmitificar a conotação negativa que de alguma forma ainda é dada a tal Dinastia. Em primeiro lugar, temos que ter em conta o espaço e o tempo em que a mesma se localizou, em segundo lugar não podemos analisar os reinados de Filipe I, Filipe II e Filipe III da mesma forma. Cada reinado tem as suas especificidades e contextos diferentes. Assim sendo, esta matéria devia ser explicada de forma mais abrangente para que os alunos possam tirar as suas próprias conclusões sobre este período da História de Portugal.

1.2. Contextualização

Este tema insere-se na História de Portugal e na História de Espanha entre 1578 a 1640. Existem obras sobre o tema em português e castelhano. Ou seja, este tema abrange toda a Península Ibérica. Exemplo disso é a obra *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino* de António de Oliveira e a obra *La rebelión de Portugal: guerra, conflicto y poderes en la monarquía hispánica* de Rafael Valladares. Este tema suscitou também a curiosidade de autores não oriundos da Península Ibérica, por exemplo, Fernand Braudel (historiador francês) e Jean-Frédéric Schaub, titular também de nacionalidade francesa. Em 1578 D. Sebastião reinava em Portugal e o seu objetivo principal era uma jornada ao Norte de África: “todo o seu

empenhamento se fixa numa expedição de que tirará glória pessoal”⁷. Contudo, esta não foi uma expedição bem planeada e definida⁸ e, após uma batalha que se travou em Alcácer Quibir, D. Sebastião acaba por desaparecer em combate, sendo a morte o mais provável desfecho⁹. O seu tio D. Henrique “é aclamado rei entre lágrimas. Seria o último rei natural?”¹⁰. O seu reinado foi curto e nele não se chegou a um consenso sobre o futuro da coroa portuguesa. Assim sendo, ao longo deste trabalho na vertente bibliográfica vamos explicar como ocorreu a união da coroa de Portugal à coroa espanhola¹¹ que aconteceu em 1580, as conjunturas políticas dos reinados de Filipe I, Filipe II e Filipe III e o término deste período da História de Portugal que ocorreu em 1640. A Batalha de Alcácer Quibir e o infortúnio de D. Sebastião “não era mais do que o acidente dinástico que a família conscientemente fora preparando”¹² provavelmente para se formar “em círculos políticos profundamente inspirados pelo projecto de monarquia universal católica”¹³.

⁷ Mattoso, José, 1993, p. 545.

⁸ *Idem*, p. 546.

⁹ Mattoso, José, 1993, p. 546.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ *Ibidem*.

¹² *Ibidem*.

¹³ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 51.

I. Parte

I. O Colégio

O Colégio Bissaya Barreto situa-se na Rua dos Plátanos em Bencanta e pertence à Fundação detentora do mesmo nome. É uma instituição de cariz privado que tem vários níveis de ensino, a saber, 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, sendo que cada ciclo tem o seu respetivo bloco de aulas. Além destes níveis de ensino, a oferta escolar do Colégio abrange cursos profissionais, sendo eles o curso de termalismo e o curso de geriatria. Para consolidar a sua identidade e combater possíveis diferenças socioeconómicas, os alunos usam um uniforme específico. O Colégio Bissaya Barreto tem um acordo com a Casa do Pai e algumas crianças e jovens institucionalizados têm assim a oportunidade de estudar neste estabelecimento de ensino.

O Colégio tem um regulamento interno que deve ser respeitado para que tudo funcione dentro da normalidade. Além dos níveis de Ensino que podem ser frequentados (1º, 2º e 3º ciclo), os alunos usufruem de vários clubes (Clube de Teatro de Inglês “Out of the Box”, Clube “Do It Yourself, faz tu mesmo”, Clube Europeu, Clube Parlamento Jovem, Clube de Design e Moda, Clube de Informática, Clube de Jornalismo, Clube de Língua Gestual Portuguesa, Clube de Música, Clube de Robótica, Clube de Teatro, Clube Ciência Viva, Clube d’Arte, Clube de Culinária, Clube de Dança, Clube Xadrez e Desafios Matemáticos). Além destes inúmeros clubes, ocorrem várias atividades ao longo de todo o ano letivo e iniciativas diversas. Assim sendo, considera-se que, além do conhecimento, este Colégio intensifica a interação entre os alunos e fomenta valores cívicos e outras aptidões.

A nível cultural, o Colégio detém a sua própria Academia de Línguas. Desta forma, os alunos podem aprender vários idiomas e sobre outras culturas sem saírem do seu meio escolar.

Os alunos podem usufruir das salas de estudo que se revelam fundamentais para a obtenção de bons resultados nas várias disciplinas.

No âmbito do desporto escolar o Colégio oferece várias atividades: badminton, futsal e xadrez. Além do desporto escolar, os alunos podem ainda usufruir a nível desportivo de judo, minibasquete e natação.

1.1. Caracterização da Turma

A turma lecionada era de 8º ano. A turma do 8º Y era composta por trinta alunos com idades entre os 13 e os 14 anos que vivem em Coimbra ou na área Coimbrã. O encarregado de educação era maioritariamente a mãe e a sua média de idade 45 anos. Na filiação, os pais de maioria da turma são licenciados e alguns detém o grau de Mestres e Doutor. Os alunos consideraram a sua casa como o local de estudo favorito e a maioria desloca-se para o Colégio de automóvel, demorando a maioria cerca de 10 minutos a chegar ao estabelecimento de ensino. Fora do horário escolar, praticam várias atividades: aprendizagem de línguas, atividades musicais e desportivas. Sendo que vinte e três dos alunos praticam desporto, como atividade extracurricular.

O 8º Y é sem dúvida uma turma que gosta da disciplina de História. Inclusive no questionário que realizaram no início do ano, História foi eleita a disciplina predileta da maioria da turma, sendo Matemática e Português as áreas de maior dificuldade. Era uma turma muito participativa e com uma grande bagagem cultural. Além de participativos, a maioria das suas perguntas eram pertinentes e oportunas. Estes alunos revelavam uma boa capacidade de leitura e um nível de aprendizagem e assimilação muito bom. Era uma turma conversadora, porém, os alunos eram muito educados. Os resultados nos testes também eram bons, revelando bons hábitos de estudo. Tendo a maioria dos alunos nota de quatro e cinco no final de cada período, existiam algumas exceções. Nesta turma, onze alunos revelavam algumas dificuldades, principalmente ao nível de concentração e expressão escrita. Quatro destes alunos eram considerados alunos com necessidades educativas especiais. Assim sendo, o teste que realizavam era adaptado e era efetuada por um de nós em conjunto com o aluno uma leitura individual do mesmo, tal como o esclarecimento de possíveis dúvidas no vocabulário. Os testes adaptados tinham menos questões de desenvolvimento e mais questões de resposta direta. Além disso,

estes alunos realizavam o teste na biblioteca para obterem mais concentração e tinham meia hora extra para a realização do teste, caso não o terminassem nos respetivos noventa minutos. Os alunos que revelavam mais dificuldades a História e nas restantes disciplinas tinham um maior acompanhamento e frequentavam as salas de estudo que o Colégio proporciona aos alunos para que estes melhorem o seu rendimento escolar. Os alunos com necessidades educativas especiais tinham o acompanhamento de uma professora especializada nessa vertente. Neste acompanhamento, realizavam várias atividades e a professora de necessidades especiais tentava que desenvolvessem diversas aptidões.

A nível de recursos maior parte dos alunos tinha acesso a telemóvel, computador, internet e *tablet*.

1.2. Reflexão do trabalho realizado ao longo do Estágio

Este subcapítulo tem como objetivo mostrar o que foi realizado ao longo do ano, os aspetos positivos, os aspetos negativos, as dificuldades tidas, o que foi melhorado e corrigido e os recursos por nós utilizados, acabando assim por ser uma reflexão final sobre o Estágio. Estagiar no Colégio Bissaya Barreto foi uma experiência enriquecedora. No entanto, gostaríamos de ter lecionado mais aulas e termos participado em mais atividades letivas. Estar no “terreno” é sem dúvida uma experiência enriquecedora que ainda não tínhamos tido. Nunca tínhamos lecionado uma aula antes de realizar o estágio.

Tudo aquilo que aprendemos e que nos deu bagagem para ir para estágio foi na licenciatura de História e no 1º ano de mestrado que aprendemos. Contudo, estamos sempre a aprender e estas duas vertentes foram desenvolvidas e consolidadas durante o ano de estágio. Considera-se que ao longo do ano fizemos uma evolução e conseguimos realizar com os alunos diversas atividades em sala de aula.

Foi com grande nervosismo e expectativa que se iniciou a nossa prática pedagógica. Assim que chegámos ao Colégio, foi-nos explicado, a nós, núcleo de estágio (com Edi Carreira e

Beatriz Ferreira) como funcionava o Colégio e tornou-se fácil entendermos o regulamento e onde se encontrava cada espaço (salas, biblioteca, cantina, bar, entre outros).

Realizámos um PIF (Plano Individual de Formação) com aquilo a que nos propúnhamos realizar durante o Estágio, por exemplo, participar nas várias atividades do Colégio, dar palestras no Parlamento Jovem, lecionar outras turmas, entre outras (ver em anexo). Foram cumpridas todas as vertentes a que nos propusemos neste Plano Individual de Formação, exceto a realização das Olimpíadas da História porque estas foram substituídas pelo *Supertmatik* e a criação do Clube da História, porque quando se iniciou o nosso estágio os clubes já estavam a decorrer. Tendo em conta que estas atividades tinham objetivos que se sobrepunham, as Olimpíadas da História não se realizaram.

A nossa orientadora de estágio, a professora Joana Damasceno, depositou em nós confiança e deu-nos uma grande autonomia. Assim, tivemos oportunidade de começar logo a lecionar e a aplicar o que nos foi ensinado nos anos anteriores. Ao longo de todas as aulas que lecionámos, tivemos o cuidado de fazer atempadamente planificações e enviar para a nossa orientadora, de forma a aconselhar-nos sobre o planeamento da aula e sobre os recursos que tencionávamos utilizar. Nestas planificações, foi sempre tido em atenção o tempo, de forma a que os recursos que tínhamos programados fossem indicados para os 90 minutos da aula. Quando sobrava tempo ou não havia tempo suficiente para realizar tudo aquilo a que nos tínhamos proposto, adequávamos os recursos de forma a não prejudicar a produção de conhecimento. Tivemos sempre o cuidado de ler bibliografia adequada sobre os temas que incidiam as aulas, de forma a estarmos bem preparados a nível científico. Ao consolidarmos os nossos conhecimentos, estávamos também a prepararmo-nos para as possíveis perguntas que os alunos nos dirigissem, dessa forma saberíamos responder de forma concisa.

Ao longo do ano, tivemos em atenção uma vertente imprescindível no ensino: a parte didática. Assim sendo, tivemos o cuidado de diversificar os recursos, os materiais e ter recursos em *PowerPoints* apelativos que captassem a atenção dos alunos.

Foram vários os recursos que utilizámos além do manual e dos diversos *PowerPoints*: documentos historiográficos, documentos iconográficos, maquetes, visitas virtuais,

dramatização, sala de aula invertida, mapas, gráficos, vídeos e até chocolates. Além disso, pedíamos sempre aos alunos para efetuarem a leitura dos textos e documentos, de forma a intensificar a sua leitura e explorarmos em conjunto conceitos. Quando os conceitos eram fundamentais para a compreensão da matéria, estas noções eram expostas através do *PowerPoint* e os alunos copiavam-nos para o caderno diário. Os textos e os documentos, após serem lidos, eram sempre analisados de forma conjunta, apelando ao diálogo vertical e horizontal. Muitas vezes no final da aula eram realizados exercícios com os alunos para que a matéria ficasse consolidada e expostos esquemas da matéria para os alunos passarem para o caderno diário. Por vezes, foram estipulados como trabalho de casa, a realização de exercícios para os alunos reverem e consolidarem a matéria.

Tentávamos sempre fomentar o espírito crítico e reflexivo dos alunos e que durante as aulas todos os alunos tivessem oportunidade de participar ativamente e interagir. Tivemos sempre o cuidado de analisar bem os documentos, fossem eles de que cariz fossem. Além da transmissão de conhecimento e da vertente didática, tivemos sempre o cuidado de transmitir valores cívicos aos alunos. Tentámos sempre fomentar o espírito de união e entreatajuda. Além disso, em todas as matérias tentámos sempre inculcar nos alunos a valorização e a importância do Património, fosse ele nacional ou internacional.

As matrizes para os testes e os testes estavam a nosso cargo e foram sempre feitos de forma atempada e com rigor científico. Os testes dos alunos com necessidades educativas especiais eram adaptados ao seu perfil. Os testes dispunham de vários exercícios e questões diversificadas. Os documentos e as imagens presentes nas provas além de também serem diversificados eram inseridos nos testes, consoante aquilo que os alunos tinham visto e aprendido ao longo das aulas. A correção dos mesmos também estava a nosso cargo e foi sempre realizada com rigor e imparcialidade, tendo em conta as grelhas de avaliação. Aquando da entrega, a correção era projetada no quadro para que todos os alunos pudessem corrigir as suas falhas.

Uma vez por semana tínhamos uma reunião com a nossa orientadora, onde a mesma nos dava o seu parecer sobre as aulas lecionadas, de forma a melhorarmos as falhas que eram

cometidas. O nosso maior problema inicial foi o nervosismo, a ansiedade e o medo de falhar. Contudo, existiram outros: a dificuldade em fazer a ligação entre a aula presente e as anteriores, dificuldade em fazer a ponte entre diversos assuntos, formular bem as questões, individualizar as mesmas, movimentar-nos em sala de aula, por vezes ocorria uma quebra de ritmo e em alguns casos não conseguíamos controlar bem o comportamento da turma. Acho que o nervosismo e ansiedade foi a vertente que melhorou de uma forma mais rápida. As restantes dificuldades foram sendo ultrapassadas ao longo do ano e no decorrer das aulas. Considero que o que demorou mais tempo a ter uma melhoria foi a movimentação em sala de aula. Nem sempre conseguimos movimentar-nos entre os alunos, sem que a turma causasse alguma destabilização.

Tentámos sempre utilizar vocabulário adequado e estimular a aquisição de conhecimento. Criámos uma relação excelente com a turma, mostrámos sempre disponibilidade para esclarecer dúvidas tanto no decorrer da aula, como no final. Fomos empenhados, dinâmicos, responsáveis e enquanto núcleo de estágio houve sempre união, cooperação e apoio. Conseguimos desenvolver um espírito crítico e de auto e hetero avaliação.

Duas das aulas de cada um dos membros do núcleo de estágio foram observadas pela Doutora Ana Isabel Ribeiro para avaliar o nosso desempenho e a nossa aptidão de docência.

Além das aulas que lecionamos no 8º Y, eu e os meus colegas de núcleo tivemos oportunidade de lecionar algumas aulas das duas turmas de 9º ano e de 6º ano, onde tivemos igualmente o cuidado de nos prepararmos cientificamente e diversificar os recursos utilizados em sala de aula. A turma do 9º X era constituída por dezanove alunos e a turma do 9º Y era composta por vinte seis alunos. Ambas as turmas de nono ano tinham determinados alunos que revelavam algumas dificuldades e, apesar de não estarmos inteirados das suas necessidades específicas, tivemos a perceção que revelavam certas dificuldades, tentámos, pois, moldar a nossa forma de transmitir conhecimento no sentido de colmatar as dificuldades que revelavam ao longo das aulas. A maior dificuldade que tivemos ao contactar com estas duas turmas foi controlar o comportamento das mesmas que nem sempre era o mais adequado em sala de aula. A turma do 9º Y era a turma que revelava mais dificuldades, era uma turma ruidosa e desatenta. Contudo, ambas as turmas eram muito ativas, muito conversadoras e por vezes destabilizavam

o decorrer da aula. Apesar do comportamento nem sempre ser o mais correto, eram discentes interessados pela disciplina de História e demonstravam gosto pela mesma. A nível de participação, ambas as turmas eram participativas e intervenientes.

A turma do 6º X tinha cerca de vinte alunos. Era uma turma bastante calma e participativa, sendo alunos de 2º ciclo e de uma faixa etária diferente ao que estávamos habituados a lecionar foi excelente termos tido este contacto e um desafio adaptarmos o método de ensino a esta faixa etária. Considero que foi bastante importante para a construção do nosso processo de docência termos tido oportunidade de lecionar diversos anos e conseqüentemente diversas faixas etárias. Isto deu-nos uma preparação reforçada e uma bagagem mais abrangente para sabermos lidar futuramente com os diversos anos letivos com que tenhamos que trabalhar.

Além disso, foi nos concedida a oportunidade de participar em diversas atividades:

- Na festa de Natal, apesar de não termos dado um contributo direto, estivemos sempre perto dos alunos. Sendo uma atividade menos formal, deu para intensificar a ligação com a turma;

- Nas atividades das férias de Natal, porque nesta época o Colégio tem a iniciativa de criar e organizar várias atividades diárias para os alunos estarem ocupados durante as férias, de forma a fornecer alternativas aos pais durante a interrupção letiva. É feita uma tabela de divisão de tarefas e os professores e funcionários são os responsáveis por estas atividades, sendo algumas delas: criação e pintura de origamis, teatros, jogos tradicionais e realização dos trabalhos de casa. Os alunos que frequentavam estas atividades eram maioritariamente alunos do 1º ciclo e do 2º ciclo. Considero uma experiência única e diferente termo-nos adaptado nestas atividades à faixa etária do 1º ciclo, porque estes alunos requerem outro tipo de atenção e ajuda que os alunos de 2º ciclo já não necessitavam. Contudo, a interação com ambos os ciclos foi fácil e enriquecedora. Os alunos dos dois ciclos mostravam-se muito interessados nas atividades que lhes eram propostas e realizavam-nas com empenho e mérito.

- Nos Conselhos de Turma que, apesar de não podermos participar diretamente por não sermos os regentes da disciplina, foram muito proveitosos. Assim, tivemos oportunidade de

aprender a lidar com os problemas da turma, as suas dificuldades e de como agir com a mesma em determinadas situações. Além disso, estas reuniões são um ato de cariz fundamental para as avaliações finais.

- Nas atividades das férias de Páscoa que se inserem no mesmo âmbito das atividades de Natal.

- No Clube Parlamento dos Jovens, tivemos uma participação bastante ativa. Todos os anos, o Parlamento dos Jovens tem um tema nacional e o tema deste ano era “Igualdade de género”. Assim sendo, com os alunos que participavam neste clube abordámos várias temáticas, tais como o papel da mulher durante o Estado Novo, mutilação genital feminina e casamentos precoces e forçados. Estes alunos eram maioritariamente do 2º ciclo. Porém, já tinham algumas opiniões sobre estes temas e eram muito participativos. Quando faziam questões, faziam-no de forma pertinente e bem estruturada. Foi uma experiência enriquecedora poder desenvolver este tipo de temas, porque merecem ser debatidos e trabalhar com uma faixa etária menos elevada. Para a nossa experiência pessoal e profissional, acho que foi excelente esta atividade, porque devemos estar preparados para lidar com as diversas faixas etárias.

Ainda neste âmbito, estivemos presentes numa sessão sobre Igualdade de Género dada pela Doutora Maria Jorge Ferro, pelo Doutor Tiago Rolino e pela Doutora Catarina Martins. Todos estes intervenientes abordaram de uma forma muito concisa este tema e tiveram o cuidado de responder às questões colocadas pelos alunos.

- Em duas visitas de estudo:

Na primeira visita de estudo, fomos acompanhar a turma que estávamos a lecionar. Esta visita de estudo consistiu em visitar pontos cruciais de *Coimbra Medieval a nossa casa* e surgiu por convite da Doutora Maria Amélia Álvaro de Campos, professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Aliás, a visita teve início na Faculdade de Letras, onde os alunos tiveram uma breve palestra sobre o tema dada pela Dra. Maria Amélia que tão amavelmente nos proporcionou esta oportunidade. De seguida, a Dra. Amélia guiou os alunos pelos pontos que considerou pertinentes visitarem, desde a Alta de Coimbra até à Baixa. Apesar de não ser um

tema inserido no ano em que encontravam, serviu para intensificar conhecimentos que tinham adquirido no ano anterior e conhecerem de forma mais pormenorizada a sua cidade.

A segunda visita de estudo foi ao Museu P.O.R.O.S, localizado em Condeixa e nesta visita de estudo estivemos a acompanhar as turmas de 5º ano. A nossa orientadora pediu-nos para que houvesse preparação, caso fosse necessário intervir durante o percurso dos alunos. Contudo, o Museu dispunha de uma guia e não houve oportunidade nem necessidade de intervirmos. Este museu tem como objetivo “promover a herança cultural romana” e “ser um espaço de referência na divulgação da Memória Histórica da Romanização, através da gestão de um espaço museológico dinâmico, interativo e educativo”. O museu é realmente muito inovador e capta muito bem a atenção das crianças para a História da Roma Antiga. Está muito bem estruturado, tem diversos materiais, recursos e imagens apelativas. Os alunos neste espaço conseguem viajar no tempo e obter diversa informação sobre esta época.

Ambas as visitas de estudo foram ótimas para os alunos interagirem de forma direta com o Património e dessa forma aprenderem a valorizá-lo e ganharem gosto pelo mesmo.

- Na festa de final de ano que teve como tema Ritmos de Verão. Esta festa de encerramento teve diversas atividades musicais e diversos números de dança realizados pelos alunos, muitas destas atividades tinham sido trabalhadas ao longo do ano nos Clubes. Neste encerramento de ano letivo, os alunos do 8º Y organizaram uma banca com diversos produtos para angariarem fundos para a sua viagem de finalistas que ocorrerá no 9º ano. Para finalizar, foi exibido um vídeo com as várias atividades realizadas pelos alunos ao longo do ano no Colégio.

Em suma, foi um ano de aprendizagens, de consolidação de conhecimentos, um ano que será certamente fundamental para o nosso futuro enquanto docentes e enquanto formadores de cidadãos. Foi um ano de experiência, um ano onde foram testados vários métodos e recursos. Foi um ano com diversos tipos de interação e em que estivemos envolvidos em várias atividades, dentro da sala de aula e fora da mesma. Foi um ano de crescimento, um ano onde produzimos conhecimento e tivemos também oportunidade de aprender mais a cada dia que passava. Crescemos a nível profissional e pessoal. O contacto com os professores do Colégio e com os alunos foi fundamental para este desenvolvimento.

II. Parte

I. Antecedentes da *União Ibérica*

No ano de 1554, o Reino de Portugal perdeu o seu príncipe herdeiro João Manuel, oitavo filho de D. João III e de D. Catarina de Áustria. Dias depois, a esperança renasce na corte portuguesa com o nascimento daquele a quem os portugueses atribuíram o cognome de “O Desejado” por ter sido “rei querido antes de nascer, rei amado enquanto se deixou amar, rei esperado depois de desaparecido”¹⁴.

D. Sebastião nasceu a 20 de janeiro de 1554 em Lisboa garantindo assim a continuação da Dinastia de Avis, durante vários dias houve rezas e comemorações por este acontecimento¹⁵. A sua mãe partiu para Espanha, ficando o herdeiro da coroa portuguesa entregue aos reis de Portugal, seus avós. Teve como perceptor Aleixo de Meneses, nobre experiente em batalhas travadas em território africano. Após a morte de el-rei D. João III, subiu ao trono português com apenas três anos. Em vida de seu avô não foi jurado herdeiro da coroa nem constava em testamento que assim deveria ser. A rainha D. Catarina assumiu a função de regente e tutora do neto. Mais tarde, a governação ficou a cargo do Cardeal D. Henrique, irmão de D. João III.

Com apenas 14 anos, em 1568, D. Sebastião tornou-se oficialmente rei e o Norte de África parecia deslumbrá-lo, talvez devido aos feitos dos seus antepassados ou talvez por sede de glória, tornando-se o foco do seu reinado. Revelou sempre um carácter religioso e pouco interesse pela vida de corte: “não apreciava especialmente a vida da corte; gostava de caçadas e retirava-se frequentemente para casas religiosas”¹⁶. Nunca contraiu matrimónio, apesar de lhe terem proposto várias candidatas¹⁷. Sem herdeiros, como era suposto, deu início a uma grande expedição, acreditando que esta seria um êxito. Mobilizou a maioria da nobreza para combater ao seu lado sob as armas de Portugal, no Norte de África. O seu avô, durante o seu reinado, tinha abdicado de praças situadas em Marrocos e D. Catarina e o Cardeal D. Henrique eram

¹⁴ Mattoso, José, 1993, p. 541.

¹⁵ *Idem*, p. 541.

¹⁶ Monteiro, Nuno Gonçalves; Ramos, Rui; Sousa, Bernardo Vasconcelos, 2015, p. 260.

¹⁷ Mattoso, José, 1993, p. 542.

contra esta expedição¹⁸. Esta ideia tinha alguns apoiantes como Miguel de Moura, secretário de Estado, que era um dos nobres que compactuavam com este projeto. Em contrapartida, o Conselho de Estado também não era favorável a esta iniciativa. Filipe II de Espanha também tentou demover o seu sobrinho de levar esta ideia a cabo. Todavia, o poder régio era suficiente para a concretização desta expedição e D. Sebastião esteve, inclusive, no Algarve e no Alentejo para ver como se encontravam as fortalezas mais próximas de Marrocos¹⁹. No entanto, uma expedição como esta tinha custos elevados e eram necessários elevados recursos para a sua concretização. “Apesar de se sentir profunda e sinceramente predestinado para a conquista que quer empreender, havia que encontrar os meios para a acção”²⁰. Assim sendo, foram tomadas várias medidas para que esta ação fosse concretizável - foram contraídos empréstimos ao estrangeiro, foram recrutados mercenários e alguns lucros pertencentes a instituições religiosas, reverteram a favor desta causa.

Era o próprio rei que comandaria as tropas portuguesas e a partida para o Norte de África aconteceu na cidade de Lisboa com pompa e circunstância. “O rei Sebastião, apesar de ter vinte e cinco anos, era ainda uma criança, uma criança exaltada e semi-irresponsável”²¹.

A estratégia portuguesa estava concebida e consistia em conquistar Alcácer Quibir por via terrestre, através de cerco. As tropas portuguesas desembarcaram em Argila. No entanto, a estratégia que havia sido definida, foi alterada. Foi decidido que o confronto seria feito em campo aberto. Além disso, este não seria um ataque surpreendente no Norte de África. O xerife Abd el-Malek sabia que os portugueses estavam a rumar para as suas terras com o objetivo de uma investida. O exército de D. Sebastião “invadia, portanto, um país decidido a defender-se e que dispunha, além disso de uma excelente cavalaria, de peças de artilharia e de arcabuzeiros”²².

¹⁸ Mattoso, José, 1993, p. 544.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Braudel, Fernand, 1995, p. 559.

²² *Idem*, p. 559.

Alcácer-Quibir revelou ser um tremendo desastre com enormes consequências para a coroa de Portugal. A 4 de agosto do ano de 1578, os portugueses foram drasticamente derrotados no Norte de África e o rei D. Sebastião provavelmente foi morto durante o combate. E “com ele, ficaram no campo de batalha milhares de portugueses, incluindo a elite do poder, e em Marrocos permaneceram, como cativos, quase todos os restantes de um exército de cerca de 17000 homens”²³. Os soldados do exército português estavam em desvantagem, eram muito menos que as forças marroquinas, estavam pouco alimentados, sujeitos a temperaturas muito elevadas e não estavam preparados para o combate. A guerra mudaria o futuro do Reino. “Entre os muitos erros que então foram cometidos, imputáveis à direta responsabilidade do monarca, está, certamente, a ida à guerra não como rei, mas como cavaleiro”²⁴.

Por nunca ter sido encontrado o corpo deste rei português foi criado em seu torno um mito: “O Sebastianismo”. O Sebastianismo surgiu, por questões políticas e por crença. Tornando o rei um símbolo de salvação, algumas pessoas acreditavam que voltaria para tirar o país da situação em que se encontrava. A dimensão do mito, ganhou tamanha uma dimensão tão relevante na vertente social e cultural que ainda hoje é mencionado. A nível político, também teve repercussões porque vários homens fizeram passar-se por D. Sebastião²⁵. Este mito em torno de D. Sebastião tornou-se posteriormente um recurso utilizado por aqueles que se opunham ao governo espanhol e a uma União Dinástica. Assim sendo, apesar de não existirem informações sobre o destino do seu corpo, Filipe I de Portugal para consolidar a sua posição e para decrescer o mito que envolvia D. Sebastião, construiu um túmulo simbólico para D. Sebastião no Mosteiro dos Jerónimos²⁶.

Após o trágico fim de D. Sebastião, subiu ao trono o Cardeal D. Henrique, irmão de D. João III e que havia sido na menoridade de D. Sebastião, regente do reino. Sendo Cardeal, D. Henrique era um homem da Igreja e posto isto não era casado nem tinha descendência. Além

²³ Oliveira, António de, 2015, p. 1210.

²⁴ Oliveira, António de, 2015, p. 1209.

²⁵ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, pp. 57-60.

²⁶ *Idem*, pp. 58-60.

disso, “ascende ao trono já com 66 e numa conjuntura francamente desfavorável”²⁷. Era Cardeal, mas tinha sido arcebispo de Lisboa e Évora e Inquisidor Geral. Preocupado com a sucessão pediu à Santa Sé que os seus votos religiosos fossem dissolvidos. Desta forma, poderia contrair matrimónio e talvez dar um herdeiro, ao trono de Portugal. Tal nunca, aconteceu. A Santa Sé, mais concretamente o papa Gregório XIII, não cooperou com esta situação. A sua resposta não chegou e com os votos de castidade de D. Henrique por dissolver, equacionavam-se possíveis soluções para a Crise Dinástica que se encontrava eminente.

No curto período em que assumiu a coroa portuguesa, mais precisamente um ano²⁸ encetou várias negociações para libertar os cativos que se encontravam em Marrocos. Porém, Portugal nesta altura não tinha capacidade económica para resgatar os fidalgos cativos e o Cardeal D. Henrique para solucionar essa questão enviou cruzados e “procedeu a outras remessas de jóias e de roupas para serem vendidas em Ceuta destinadas ao pagamento de outros resgastes”²⁹.

Ainda em vida do Cardeal e com o objetivo de evitar uma difícil crise de sucessão, “convida publicamente os pretendentes e a apresentarem fundamentos jurídicos das suas razões”³⁰. Assim sendo, foram conhecidos os pretendentes ao trono de Portugal e as alegações de cada um: - Filipe II, D. António, prior do Crato; D. Catarina, duquesa de Bragança; Manuel Felisberto, duque de Sabóia; Alberto Rainúncio, príncipe de Parma e Catarina de Médicis³¹.

D. Catarina, duquesa de Bragança, Filipe de Espanha, Emanuel Felisberto, duque de Sabóia e D. António, tinham em comum o facto de serem todos netos do rei D. Manuel I. Sendo que Alberto de Farnésio era bisneto do mesmo. Catarina de Médicis não tinha qualquer ligação a D. Manuel I, “alegava direitos pelo facto de descender de um filho de D. Afonso III”³². Assim sendo,

²⁷ Mattoso, José, 1993, p. 546.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Idem*, p. 548.

³⁰ *Idem*, p. 549.

³¹ Olival, Fernanda, 2012, p. 16.

³² Oliveira, António de, 2015, p. 1218.

as hipóteses de Catarina de Médicis eram nulas e Alberto de Farnésio também tinha menos probabilidades de assumir o trono.

Após serem apresentados os pretendentes, apenas foram considerados pelo Cardeal D. Henrique três candidatos para o trono português. – Filipe II de Espanha, D. António, prior do Crato e D. Catarina, duquesa de Bragança.

Filipe de Espanha, achava que tinha mais direitos ao trono do que os restantes netos de seu avô. “Considerava-se como possuidor de direitos imprescritíveis, direitos divinos”³³. Além do meio legítimo do qual usufruía,³⁴ o rei de Espanha tinha muito mais facilidade em chegar ao trono português porque “dispunha de um conjunto de trunfos que lhe permitam comprar e conquistar este reino”³⁵.

Contudo, nem todos os juristas portugueses eram apoiantes da sua causa. Alguns destes juristas defenderam a pretensão de D. Catarina. Esta candidata, apesar de ter o apoio de alguns membros do clero e de alguns juristas, não reunia o apoio de muitos fidalgos, provavelmente por causa de “rivalidades e conflitos tradicionais entre casas senhoriais”³⁶. O seu apoio residia principalmente “na Universidade de Coimbra, na burocracia régia e em largos sectores do clero (nomeadamente a Companhia de Jesus)”³⁷.

D. António era, destes três netos de D. Manuel I, o candidato mais fraco, a nível jurídico. Os direitos que reivindicava não eram considerados legais por ser filho ilegítimo do infante D. Luís³⁸. Os filhos naturais mesmo que conseguissem a legitimação, não podiam fazer parte da linha de sucessão do trono português. Só poderia ter acesso ao trono se não tivesse parentes legítimos como rivais. Tentou provar a validade do matrimónio de seus pais. Porém, nunca foi

³³ Braudel, Fernand, 1995, p. 563.

³⁴ Olival, Fernanda, 2012, p. 16.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ Mattoso, José, 1993, p. 549.

³⁷ *Idem*, p. 549.

³⁸ O infante D. Luís era um dos filhos do rei D. Manuel I. Veja-se *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, 1993, p. 559.

declarada válida tal ligação³⁹. A sua relação com o Cardeal também não era a melhor, as suas divergências com D. Henrique tinham começado anos antes, quando D. Henrique assumiu cargo de arcebispo de Lisboa, cargo esse que D. António também desejava ocupar⁴⁰.

A luta pelo trono de Portugal não seria um caminho fácil. A Câmara de Lisboa queria que o povo também pudesse participar na escolha do novo rei e solicitou que se formassem opiniões fundamentadas em como a camada popular também tinha o direito de eleger o seu novo governante. Entre o povo parecia existir um sentimento anticastelhano e por isso D. António foi o pretendente apoiado pelo povo. Defenderem um candidato português era uma forma de tentarem combater as pretensões espanholas⁴¹. Consciente desta realidade, D. Filipe fez propaganda a seu favor, prometendo que Portugal não seria dominado pela Espanha. Foram convocadas cortes em Almeirim a 11 de janeiro de 1580 pelo Cardeal e nestas cortes estavam representantes de todos os grupos sociais. Como não houve possibilidade de concordância relativamente ao candidato a ocupar o trono, nada ficou determinado e D. Henrique recusou que o rei fosse designado por eleição. O futuro da Coroa Portuguesa continuava incerto. As preferências de D. Henrique para a ocupação do trono recaiam em D. Filipe e na Duquesa de Bragança⁴². D. António não detinha este favor “para o cardeal-rei, D. António nem sequer é um pretendente ao trono”⁴³ e naturalmente também era “afastado em virtude do seu inconfessável nascimento”⁴⁴. O Cardeal Henrique deixou explícita a falta de favorecimento à causa do Prior do Crato e considerou fundamental mantê-lo afastado da coroa portuguesa⁴⁵. Foi inclusive mais drástico e acabou por lhe retirar a naturalidade atribuída aos filhos legítimos⁴⁶. Por causa desta atitude do Cardeal, D. António perdia os benefícios a que tinham direito os filhos ilegítimos.

³⁹ Mattoso, José, 1993, p. 557.

⁴⁰ *Idem*, p. 559.

⁴¹ Mattoso, José, 1993, p. 557-559.

⁴² Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 16.

⁴³ Mattoso, José, 1993, p. 560.

⁴⁴ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 16.

⁴⁵ Mattoso, José, 1993, p. 560.

⁴⁶ *Idem*, p. 561.

O cardeal D. Henrique morreu a 31 de janeiro do ano de 1580, deixando a questão dinástica por solucionar. No ano anterior nas Cortes de Lisboa, “uma junta de cinco governadores foi designada para resolver a questão sucessória”⁴⁷. Estes governadores exerciam a função de regentes do reino até o trono de Portugal ter novamente um ocupante⁴⁸. Após a morte do Cardeal, “o tempo é de conflito aberto que se torna cada vez mais difícil de sustentar”⁴⁹. Dentro desta Junta de Defesa havia governadores que apoiavam a causa espanhola. Prova disso, é que três destes cinco governadores que chefiavam o país aceitaram o rei de Espanha como rei de Portugal em julho de 1580 “ao assinar o reconhecimento de Filipe II em Castro Marim”⁵⁰. Podemos, pois, concluir que as opiniões e sentimentos dos portugueses estavam bastante divididas. Os apoios, as opiniões e a forma de ver os acontecimentos dividia-se entre cada candidato e cada causa. A ocupação do trono não era uma questão linear. Estava em causa o futuro do Reino e das suas gentes. Toda esta crise Dinástica causava instabilidade aos habitantes a nível político, social e económico⁵¹.

Na corte espanhola quando surgiu a oportunidade de Filipe II ocupar o trono português, houve uma divisão acerca da resolução desta questão política. Nesta altura existiam duas facções políticas opostas que rodeavam o rei, a ebolista chefiada pelo representante da casa de Éboli, o príncipe Rui Gomes da Silva e o partido castelhano liderado pelo duque de Alba. Estas facções divergiam ideologicamente e conseqüentemente politicamente. Detentoras de pareceres diferentes queriam formas diferentes para a resolução da questão portuguesa. O partido castelhano defendia que Castela deveria dominar todos os territórios. Em oposição, os ebolistas defendiam que não deveria existir nenhuma supremacia⁵². Entre 1578 a 1580 os acontecimentos portugueses foram o foco principal dos partidários espanhóis e um assunto crucial na política

⁴⁷ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 16.

⁴⁸ *Idem*, p. 21.

⁴⁹ Mattoso, José, 1993, p. 561.

⁵⁰ Mattoso, José, 1993, p. 562.

⁵¹ *Idem*, p. 558.

⁵² Oliveira, António de, 2015, p. 1213.

espanhola. Filipe II tendia a ter mais em conta a opinião do partido castelhano e pode ter sido influenciado pela mesma⁵³.

D. Catarina acabou por abandonar a pretensão ao trono e D. António tentou uma negociação com o rei de Espanha: abdicaria da sua pretensão se fosse nomeado governador vitalício, proposta esta que foi recusada por Filipe II.

D. António no mês de junho do ano de 1580, intitulou-se rei, em Santarém⁵⁴. D. Filipe recorre então ao uso de armas e o Duque de Alba, que se encontrava afastado da corte espanhola por ordem do rei de Espanha, foi chamado para comandar a investida militar que tomaria Portugal. Algumas terras não apresentaram resistência: “o país curvou-se todo ao novo domínio que a presença de tropas castelhanas nas principais guarnições tornava uma realidade”⁵⁵. D. António perdeu a Batalha de Alcântara em 25 de agosto do ano de 1580. Após esta derrota as probabilidades de obter a coroa portuguesa eram quase nulas. Contudo, D. António acabou por fugir num navio holandês em Maio de 1581 e, após esta fuga, conseguiu o apoio da rainha inglesa, Isabel I e do rei francês, Henrique III⁵⁶.

Após ganhar o trono português através das armas, Filipe II tinha de definir parâmetros e acalmar os ânimos. Tinha prometido benefícios para a nobreza, benefícios esses que acabou mesmo, por lhes atribuir. “Talvez devamos acrescentar que para a nobreza portuguesa a *União Ibérica* representou uma solução aceitável”⁵⁷ porque “as promessas de Filipe II garantiam a possibilidade de resgate de uma grande parte dos que, embarcados com D. Sebastião, haviam ficado prisioneiros nos cárceres marroquinos”⁵⁸. Chegou inclusive a pagar quantias monetárias elevadas⁵⁹ para libertar os reféns e assim garantir o apoio e a gratidão da nobreza portuguesa⁶⁰.

⁵³ Oliveira, António de, 2015, pp. 1213-1214.

⁵⁴ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 16.

⁵⁵ Serrão, Joaquim Veríssimo, 2000, p. 12.

⁵⁶ Schaub, Jean Frédéric, 2001, p. 61.

⁵⁷ *Idem*, p. 61.

⁵⁸ Silva, Francisco Ribeiro da, p. 250.

⁵⁹ Schaub, Jean Frédéric, 2001, p. 41.

⁶⁰ *Idem*, p. 41.

Além disso, a nobreza era conquistada através de privilégios e os mesmos viam nesta União, uma forma de ascender e receber vários benefícios, esses privilégios ambicionados foram efetivamente concedidos⁶¹. Um dos documentos que usou para consolidar o seu poder e apoiar-se mais uma vez nos fundamentos jurídicos, foi um juramento feito por D. Manuel I, em 1499, que continha as especificidades de uma *União Ibérica*, caso, Miguel de La Paz⁶² tivesse sido rei das coroas ibéricas.

Portugal passaria então a ter “um rei com duas coroas, cada uma com o seu governo próprio e conservando o pleno exercício dos direitos que lhe eram inerentes”⁶³.

Para se tornar oficialmente rei e acordar com os seus novos súbditos os elementos da monarquia dualista, D. Filipe I solicitou as Cortes na cidade de Lisboa. A cidade estava a atravessar um surto de peste e as Cortes acabaram por se realizar, em abril de 1581, na cidade de Tomar. Estiveram presentes nestas Cortes representantes de “cada um dos três braços (clero, nobreza, povo)”⁶⁴. Este foi sem dúvida, um documento importante para a consolidação da autonomia portuguesa. O Juramento das Cortes de Tomar tinha como objetivo garantir que, apesar de o Reino de Portugal se juntar ao Reino Espanhol sob a égide de um mesmo monarca, as instituições de poder, fiscal e judicial mantinham-se autónomas perante a Espanha. Este juramento foi crucial para a sua ascensão ao trono porque desta forma dava garantias aos portugueses, garantias das quais os portugueses não se queriam ver privados. Os privilégios atribuídos aos grupos sociais também foram algo crucial para a aceitação desta União.

Além disso, este acordo foi uma mais valia para as especificidades e características do Reino de Portugal. Portugal tinha as suas particularidades e Filipe I jurava mantê-las: a língua, a moeda, os “costumes”. Uma outra cláusula, também fundamental, abrangia que os cargos administrativos continuassem a ser unicamente e exclusivamente ocupados por portugueses. Além disso, o vice-rei, na ausência do rei, deveria ser da família real. As Cortes queriam

⁶¹ Silva, Francisco Ribeiro da, p. 250.

⁶² Miguel de La Paz era filho do rei D. Manuel I e da infanta Isabel de Aragão. Foi entre 1498 a 1500 herdeiro das coroas de Castela e Aragão e do Reino de Portugal.

⁶³ Serrão, Joaquim Veríssimo, 2000, p.16.

⁶⁴ *Idem*, p.19.

inclusive, que o príncipe D. Diogo, herdeiro de Filipe II, fosse criado em Portugal. A 23 de abril, foi considerado herdeiro e sucessor legítimo da coroa de Portugal. Contudo, o príncipe acabou por falecer no ano de 1582⁶⁵.

Após o Juramento nas cortes de Tomar, concedeu perdão-geral a quem se opôs e resistiu a uma monarquia dualista. Aos poucos foi perdoando os seus opositores⁶⁶. No entanto, D. António estava excluído deste perdão e deveria ser preso. Quem lhe prestasse ajuda seria considerado traidor - “Era preciso apanhar, morto ou vivo, o Prior do Crato”⁶⁷.

Os Açores era a única região que continuava a resistir a uma União Dinástica, continuando a apoiar a causa de D. António. Numa primeira tentativa para dominar estas regiões de oposição a Filipe I de Portugal, as tropas espanholas comandadas por Pedro Valdés saíram do confronto derrotadas⁶⁸. Filipe de Habsburgo não desistiu de oprimir as forças apoiantes que António Prior do Crato tinha nos Açores e preparou um novo ataque no ano de 1583⁶⁹. Apesar da fidelidade demonstrada a Prior do Crato, as ilhas açorianas que o apoiavam não resistiram a estas investidas militares espanholas e a tentativa de resistência acabou por ser dominada.

Podemos, assim, considerar que o sucesso de Filipe e da sua causa tiveram na sua base dois aspetos fundamentais: diplomacia, força militar e consentimento informal da burguesia e nobreza.

⁶⁵ Schaub, Jean Frédéric, 2001, pp.25,55.

⁶⁶ Mattoso, José, 1993, p. 566.

⁶⁷ Oliveira, António de, 2015, p. 1247.

⁶⁸ Oliveira, António de, 2015, pp. 1256 e 1260.

⁶⁹ *Ibidem*.

I.1. O reinado de Filipe I

Felipe II para os espanhóis e Filipe I para os portugueses, nasceu a 21 de maio de 1527 em Valladolid, filho do “grande” Carlos V, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico e da “Perfeitíssima” Isabel de Portugal. “A notícia do nascimento do príncipe herdeiro correu pelas cidades de Espanha, provocando uma onda de contentamento expressa em manifestações populares nas ruas e celebrações litúrgicas de ação de graças”⁷⁰. Filipe de Habsburgo foi batizado em Valladolid e as festas alusivas ao seu batismo duraram vários dias⁷¹. Herdeiro de um amplo Império, viria a ser também o herdeiro da coroa portuguesa e fundador da terceira dinastia da História de Portugal. “Monarca das Espanhas, o filho de Carlos V fora também senhor do mundo. De facto, o aro geográfico do seu poder, tendo como epicentro a Península Ibérica, estendia-se na Europa para além dos Pirenéus e dos Alpes e abrangia vastas regiões das Américas, da África e da Ásia”⁷².

Não conheceu a glória de seu pai, nem a sua corte foi tão magnânima. “A obra de Carlos V foi substituída, durante a segunda metade do séc. XVI, pela de Filipe II senhor também de um Império, mas quão diferente”⁷³. Foi alvo de críticas ao longo de toda a sua vida, principalmente quando resolveu afastar-se da vida pública. A documentação por si redigida era a forma de “chegar” a todo o Império. Príncipe renascentista e rei numa época de “ouro”, foi até ao fim da sua vida um católico fervoroso e um homem das letras. Fora um rei diplomata e eloquente que valorizava a cultura, apoiando-se bastante na escrita. Armazenou ao longo dos anos várias documentações. Fernando Bouza, considera este rei “um monarca amigo da escrita” e diz-nos que o D. Filipe escreveu até morrer durante todos os dias, sobre variadíssimos temas. Mecenas da cultura escrita e reformador do direito português, pretendeu simplificar e atualizar o mesmo, compilando vária legislação.

⁷⁰ Neto, Margarida Sobral, 2011, p. 56.

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² Silva, Francisco Ribeiro da, p. 245.

⁷³ Braudel, Fernand, 1995, p. 36.

Sabe-se que este foi um príncipe ativo, bem-disposto e que participava em vários jogos, justas e torneios. Enquanto príncipe a imagem de rei devoto ainda estava muito longínqua. Foi considerado um rei muito religioso e fazia antes de se deitar um exame de consciência. Esta reflexão fazia parte do seu quotidiano diário. Talvez, esta devoção religiosa tenha sido transmitida principalmente por sua mãe, que era uma católica devota. Ao longo da vida, sua mãe escreveu mais que um testamento, sendo o testamento final aquele que foi escrito no ano de 1535 e oficializado em 1539⁷⁴. Neste testamento expressa que os seus filhos - o príncipe Filipe e as suas irmãs Joana e Maria - deveriam ser educados “no temor de Deus e feitos tão cristãos e virtuosos que sejam dignos de governar os reinos e os senhorios em que Deus os puser” (...) Nas suas doações não esquece igrejas e mosteiros a quem concede legados pios destinados alguns à celebração de missas⁷⁵. Seja como for, a representação foi crucial para a imagem religiosa do rei. Por exemplo, nas suas representações onde aparecem também itens religiosos a imagem de defensor da cristandade é intensificada, foi considerado “campeão do catolicismo, o defensor da fé⁷⁶”.

Casou em primeiras núpcias com a sua prima direita Maria Manuela, infanta de Portugal, filha da sua tia Catarina de Áustria e de D. João III⁷⁷. Deste matrimónio nasceu o príncipe Carlos que, devido a enfermidades, faleceu no ano de 1568. Após ficar viúvo, contraiu matrimónio com Maria Tudor, tornando-se rei consorte de Inglaterra. Este matrimónio durou apenas quatro anos, de 1554 a 1558⁷⁸. Enviuvando novamente em 1558, foi altura de formar aliança com a França. Desposou a princesa Isabel de Valois, filha do rei Henrique II e de Catarina de Médicis e desta união nasceram as infantas Isabel Clara Eugênia que foi tida como favorita por alguns portugueses para desposar D. Sebastião⁷⁹ e Catarina Micaela. Em 1568 esta rainha também

⁷⁴ Neto, Margarida Sobral, 2011, p. 93.

⁷⁵ *Ibidem*.

⁷⁶ Braudel, Fernand, 1995, p. 38.

⁷⁷ Olival, Fernanda, 2012, p. 18.

⁷⁸ Oliveira, António de, 2015, p. 1261.

⁷⁹ Olival, Fernanda, 2012, p. 17.

acabara por falecer. Casou uma última vez, no ano de 1570 com Ana de Áustria⁸⁰ e desta união nasceram vários filhos: Fernando, Carlos Lourenço, Diogo, Filipe (futuro Filipe III) e Maria.

O tempo que passou no reino português, revela-nos um pai presente pelo conteúdo das cartas que enviou para as suas filhas Isabel Clara Eugênia e a Catarina Micaela⁸¹. Nestas várias cartas relatava a sua estada em Portugal. A sua escrita desvenda-nos um pai que se quer manter informado sobre o quotidiano diário da sua prole que permaneciam na corte espanhola⁸².

Fernando Bouza, considera que Filipe II de Espanha divide opiniões e que este juízo pejorativo com que é apreciado se deve principalmente a uma visão do rei atribuída por muitos protestantes que o consideravam um tirano. Sublinha, ainda, a difícil tarefa que era agradar à corte espanhola e, ao mesmo tempo, cativar os franceses que viam Filipe II como um homem atroz e inflexível⁸³.

O auge de críticas ao rei situou-se após o insucesso da Invencível Armada - “Este acontecimento gerou uma opinião desfavorável a Espanha e ao rei, e o desprezo pelo poder militar espanhol”⁸⁴.

D. Filipe II acabou por ficar doente e, ao longo dos anos em que esteve enfermo, esteve rodeado de relíquias e eram-lhe lidos livros em voz alta. Quando a sua doença se agravou, quis ir para o Escorial, Mosteiro que fundou. “O rei não vem para o Escorial para aí morrer solitário, vem para onde estão os seus, os mortos que o esperam, e vem acompanhado de seu filho, o futuro Filipe III, e de sua filha a infanta que partirá para a Flandres, dos Grandes da Igreja e dos grandes deste mundo que o seguirão durante o seu sofrimento”⁸⁵. Por esta ocasião, em que estava mais próximo da morte do que da vida, foram rezadas várias orações e estavam

⁸⁰ Oliveira, António de, 2015, p. 1261.

⁸¹ Olival, Fernanda, 2012, p. 29.

⁸² Bouza, Fernando, 2013, p. 13.

⁸³ *Idem*, p. 11.

⁸⁴ Rodrigues, Martinho Vicente, 2009, p. 53.

⁸⁵ Braudel, Fernand, 1995, p. 617.

presentes diversas pessoas. Isto mostra-nos protocolo e religiosidade, neste momento final de sua vida.

Fernand Braudel, tal como Bouza, também nos faz acreditar que este foi um rei controverso: “este homem de quem tanto se disse que a sua vida tinha consistido em distinguir o temporal do religioso, que os seus inimigos, desavergonhadamente enegreceram sob as mais absurdas calúnias, que os seus admiradores se apressaram a aureolar”⁸⁶.

A obra de Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, mostra-nos como podemos interpretar este rei e o seu reinado, “o homem que podemos compreender, é o soberano cumprindo a sua tarefa de rei, no centro, no cruzamento das incessantes notícias que tecem na sua frente, com os seus fios ligados e entrecruzados, a tela do mundo e do seu Império”⁸⁷. Não podemos olhar para a imagem deste rei, como um católico fervoroso ou tirano. Temos que ter em conta: o contexto social, o espaço e a época em que esteve inserido. Este autor vai mais além e afirma que “nós, os historiadores, abordamo-lo mal: tal como os embaixadores, recebe-nos com a mais fina das delicadezas, ouve-nos, responde em voz baixa, muitas vezes ininteligível, e nunca nos fala de si”⁸⁸. Talvez este fator de nunca falar de si, seja a justificação para que a sua Crónica tenha começado a ser redigida mais tarde. Talvez seja esta a razão pela qual Filipe de Habsburgo não quis que os seus primeiros anos estivessem registados. Seja como for, este rei não pode ser visto apenas como homem. Tem de ser visto principalmente à luz da historiografia, tem de ser visto como senhor do Mediterrâneo e, posteriormente, senhor do Atlântico.

Considera-se que a imagem de rei controverso é unânime entre os autores. Contudo, “é preciso ter sempre presente como se foi produzindo (...) uma determinada imagem estereotipada”⁸⁹. Certamente amado e admirado por alguns súbditos e odiado por outros, naturalmente aliado e inimigo de outras coroas, mas acima de tudo, senhor de um grande Império, que como todos os grandes senhores de outros impérios, fizeram escolhas certas e

⁸⁶ Braudel, Fernand, 1995, p. 617.

⁸⁷ *Idem*, p. 618.

⁸⁸ Braudel Fernand, 1995, p. 617.

⁸⁹ Bouza, Fernando, 2013, p. 10.

erradas em nome da sua supremacia. Sendo senhor dos mares, Imperador de toda a Hispânia, rei de Portugal e dos Algarves, foi sem dúvida umas das figuras mais emblemáticas de seu tempo e um nome que ficou perpetuado em toda a Ibéria.

Faleceu a 13 de setembro de 1598 no Mosteiro do Escorial, onde foi sepultado, tal como era a sua vontade. O seu esquife ficou entre a de seu pai e a da sua última esposa. Esta sua última vontade representava uma questão profundamente dinástica⁹⁰. O Escorial vai tornar-se o panteão da dinastia dos Habsburgo.

1.2. Filipe II

Filipe Hermenegildo ou Filipe II de Portugal e III de Espanha, a quem a História atribuiu o cognome de “O Pio”, nasceu em Madrid no ano de 1578, no dia 14 de abril. Era filho de Filipe I de Portugal e de sua esposa, Ana de Áustria. Em Portugal, ninguém prestou muita atenção à nascença de um infante espanhol. Nesta altura estava a decorrer a preparação da jornada para o Norte de África e ninguém pensou que este príncipe, que acabara de nascer, um dia viesse a ser rei do Reino português⁹¹.

Não foi certamente tão popular como seu pai e a sua passagem na História foi mais discreta. “Dos três Filipes reis de Portugal, o segundo foi sem dúvida o mais obscuro, o menos estudado”⁹². Não foi o primogénito, mas é tido como um filho muito respeitoso e devoto a seu pai⁹³. Tardou a ser o herdeiro das duas coroas. O irmão Carlos, filho de Maria Manuela, infanta de Portugal tinha sido o herdeiro do Império Espanhol até 1568. Contudo, acabou por morrer aos 23 anos, no ano de 1568⁹⁴.

⁹⁰ Olival, Fernanda, 2012, p. 76.

⁹¹ *Idem*, p. 14.

⁹² *Idem*, p. 8.

⁹³ *Idem*, p. 51.

⁹⁴ *Idem*, p. 24.

Posteriormente faleceram os infantes Fernando, Carlos Lourenço e Diogo⁹⁵. Durante a sua infância, a sua aia foi Ana de Mendonça e, quando faleceu o seu irmão D. Diogo, passou a ter como mordomo-mor e aio o conde Barajas⁹⁶. Por não ter nascido herdeiro do trono, considera-se que até ocupar o lugar de herdeiro da coroa, a sua educação não terá sido muito cuidada nem muito rígida⁹⁷. Quando se tornou Príncipe das Astúrias sabe-se que a sua educação sofreu alterações⁹⁸.

Considera-se que Filipe III de Espanha tinha uma saúde débil. Foi um menino frágil e com tendência para enfermidades⁹⁹. Posteriormente, a sua enfermidade diminuiu e o príncipe passou a ter aulas de equitação e a manejar armas¹⁰⁰. Outras vertentes também lhe suscitavam interesse, sendo elas: o canto, a dança e a música. Na dança foi sempre considerado um exímio dançarino¹⁰¹. Além destas atividades, interessou-se pela pintura e pelo desenho¹⁰². Os parâmetros da sua educação na vertente das letras e humanidades foi idêntica à educação recebida por outros príncipes europeus. Contudo, podemos deduzir que o príncipe Filipe não teve uma educação demasiado rígida, tendo em conta a forma como eram educados os príncipes herdeiros nesta altura¹⁰³. Provavelmente, essa educação menos rígida derivou por nos primeiros anos não ter o fardo da coroa. Considera-se que ocorreu tardiamente a sua inclusão em assuntos de cariz político e diplomático, porque aos 15 anos ainda não participava nestas questões¹⁰⁴.

O matrimónio do príncipe herdeiro era algo muito importante, porque através do mesmo se consolidaria a dinastia dos Habsburgo. Além disso, esse evento requeria bastante atenção e

⁹⁵ Olival, Fernanda, 2012, p. 24.

⁹⁶ *Idem*, p. 34.

⁹⁷ Olival, Fernanda, 2012, p. 34.

⁹⁸ *Idem*, p. 45.

⁹⁹ *Idem*, p. 34.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 45.

¹⁰¹ *Idem*, p. 49.

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ *Idem*, p. 49-50.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 53.

envolveria grande preparação. Assim sendo, o seu antecessor começou a procurar previamente uma esposa adequada para o futuro rei de Espanha e a preparar a casa que pertenceria à futura rainha de Espanha¹⁰⁵. Porém, este matrimónio só aconteceu após morte de Filipe II de Espanha e a escolhida foi Margarida de Áustria.

Filipe III de Espanha tornou-se rei de ambas as coroas em 1598 e seu pai, na etapa final da sua vida, deu-lhe diversos conselhos para que fosse um bom governante. Queria que este monarca fosse “imbuído de profunda fé e consciente das responsabilidades que diante de Deus e dos homens implicava reger tão vasta monarquia”¹⁰⁶. Filipe Hermenegildo nunca demonstrou interesse por assuntos de governação e prova disso é que seu pai “queria aproveitar os últimos tempos para deixar o futuro claramente traçado, como se ele próprio continuasse a governar”¹⁰⁷ depois de morto.

Apesar das dificuldades iniciais em dar herdeiros à coroa que tentava colmatar com preces em locais sagrados¹⁰⁸, D. Margarida cumpriu o seu dever como rainha e conseguiu gerar prole. Deste matrimónio nasceram oito filhos. A cidade de Valladolid viu nascer os primeiros infantes, inclusive o príncipe herdeiro¹⁰⁹. A 22 de setembro de 1601 os reis de Portugal e Espanha foram pais pela primeira vez. Neste dia, nasceu a infanta Ana Maurícia¹¹⁰. Esta filha primogénita de Filipe II de Portugal e da rainha Margarida de Áustria tornou-se mais tarde rainha de França, sendo a mãe de Luís XIV.

A infanta Maria nasceu a 1 de fevereiro de 1603. Porém, morreu no mês seguinte. No dia 8 de abril de 1605 nasceu o tão desejado príncipe herdeiro e “iria chamar-se Filipe, embora houvesse quem ficasse surpreendido, esperava-se Fernando ou Carlos”. A descendência continuava e, no final do ano de 1605, a rainha dava indícios de uma nova gravidez. A infanta

¹⁰⁵ Olival, Fernanda, 2012, p. 103.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 70.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 71.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 199.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 198.

¹¹⁰ *Idem*, p. 201.

Maria Ana nasceu a 18 de agosto de 1606, no Mosteiro de São Lourenço do Escorial, contrariamente aos seus irmãos mais velhos que tinham nascido em Valladolid¹¹¹.

No ano de 1607, a rainha esperava outro descendente e o príncipe Carlos nasceu em Madrid no dia 15 de Setembro, desse ano. Nasceram, ainda, o infante Fernando, em 1609, e, no ano de 1610, a infanta Margarida. Por fim, o último descendente destes reis foi Afonso que nasceu no ano de 1611¹¹².

Após este parto, D. Margarida acabou por falecer. Com apenas 27 anos e “terá tido tempo para se despedir do marido com muitas lágrimas de ambos”¹¹³. Após enviudar D. Filipe não voltou a contrair matrimónio. Diz-se que “o rei terá sentido muito o desaparecimento da mulher”¹¹⁴ e podemos deduzir que seria um pai presente, porque só os filhos o distraíam e lhe davam ânimo¹¹⁵. Após a morte de sua esposa, era comum levar os filhos mais velhos quando visitava locais sagrados¹¹⁶. Não lhe são conhecidos filhos bastardos.

Em 1619, a sua saúde começou a deteriorar-se. Este foi um ano importante para Portugal, como referirei posteriormente no capítulo II. Em novembro teve febres. Todavia, não deu relevância ao seu estado. Alguns dias depois, chegou-se a pensar que o mesmo tinha falecido após um desmaio. Esta situação foi tão complexa que o rei escreveu o testamento e foi-lhe dada a extrema-unção. A situação era efetivamente grave, teve uma paralisia durante uma hora e nesse espaço de tempo não reconheceu ninguém¹¹⁷. Esta ocorrência foi apenas o indício da doença, acabando por melhorar passado um tempo.

A 2 de Fevereiro de 1620, o rei andou pela primeira vez, nos corredores da Alcáçova, depois da doença. No dia 1 do mês seguinte voltou a piorar. Durante uma visita a um local

¹¹¹ Olival, Fernanda, 2012, pp. 202-208.

¹¹² *Idem*, p. 209.

¹¹³ *Idem*, pp. 214-215.

¹¹⁴ *Idem*, p. 216.

¹¹⁵ *Idem*, p. 216.

¹¹⁶ *Idem*, p. 216.

¹¹⁷ *Idem*, pp. 256-258.

religioso foi novamente atacado pela febre¹¹⁸ e os médicos da altura consideraram que o rei sofria de erisipela¹¹⁹. Ainda o sangraram, contudo, as melhoras não aconteciam. Esteve enfermo durante algum tempo com sintomas de febre e náuseas. No dia 21 de março foi capaz de se levantar, mas mais uma vez desmaiou¹²⁰. No dia 27 a sua doença agravou-se e o monarca pediu que o deixassem morrer¹²¹. Este pedido revela-nos que o rei deveria estar em grande sofrimento.

A ciência já pouco podia fazer pelo monarca. Passaram então para os meios religiosos. Foram realizadas grandes e diversas procissões e algumas imagens religiosas foram colocadas no palácio¹²². “A corte fazia súplicas pelo seu rei e adorava o Santíssimo”¹²³ provavelmente por causa da tenra idade do príncipe herdeiro. Tendo a percepção do seu estado de saúde “pediu inclusive que lhe trouxessem um livro do seu oratório, que ajudava a bem morrer”¹²⁴. Deixou expressas as suas derradeiras escolhas, contudo, já com uma letra tremida devido à sua enfermidade. Tal como esteve presente nos últimos momentos da vida de seu pai também quis ter perto de si, os seus filhos nas últimas circunstâncias da sua vida. Ao seu herdeiro terá entregue um papel, com indicações particulares, este gesto também o seu pai o fizera consigo na hora da morte¹²⁵.

Nas suas últimas orações, o monarca “Pio” “teve nas mãos um crucifixo que adorou muitas vezes e que fora o mesmo que vira morrer Carlos V e Filipe II”, seu avô e seu pai. Louvou aos céus e invocou santos e considerou-se o maior pecador de todos¹²⁶. Apesar da sua enfermidade ser visível, surgiram rumores que a sua morte tinha sido por envenenamento. Estes

¹¹⁸Olival, Fernanda, 2012, p. 260-261.

¹¹⁹ Erisipela é uma doença de pele causada geralmente por uma bactéria.

¹²⁰ *Idem*, p. 261.

¹²¹ *Idem*, p. 261.

¹²² Olival, Fernanda, 2012, p. 261.

¹²³ *Idem*, p. 263.

¹²⁴ *Idem*, p. 262.

¹²⁵ *Ibidem*.

¹²⁶ *Idem*, p. 266.

rumores eram habituais nesta altura, principalmente quando se tratava da morte de monarcas¹²⁷.

Faleceu a 31 de março de 1621, quando faltavam apenas duas semanas para fazer 43 anos e, tal como seu pai, quis que os seus restos mortais repousassem no Mosteiro do Escorial. Ao pescoço carregava a adorada cruz de madeira que o seu pai também tinha carregado aquando do seu cortejo fúnebre¹²⁸.

1.3. Filipe III

Filipe III de Portugal e IV de Espanha nasceu um tempo antes do previsto, a 8 de abril do de 1605, em Valladolid¹²⁹. O nascimento de um príncipe do sexo masculino era sempre motivo de grande júbilo e satisfação, porque assegurava a continuação da linhagem e o destino da coroa, ainda por cima este varão tardara a chegar. Para anunciar este nascimento, tocaram os sinos inúmeras vezes¹³⁰ e para o celebrar foram feitas várias festividades e procissões. Portugal celebrou este nascimento durante um mês, repenicaram sinos nos locais religiosos e foram feitas luminárias¹³¹. Todos os habitantes de toda a hierarquia social tinham de contribuir para as celebrações.

Foi jurado como príncipe herdeiro de Castela pelas cortes a 13 de janeiro de 1608¹³². Durante a infância esteve gravemente doente e a situação foi tão grave que chegou a pensar-se

¹²⁷ Olival, Fernanda, 2012, p. 265.

¹²⁸ *Idem*, p. 266.

¹²⁹ Olival, Fernanda, 2012, p. 205.

¹³⁰ Oliveira, António de p. 21.

¹³¹ Olival, Fernanda, 2012, p. 205.

¹³² Oliveira, António de, 2012, p. 34.

que o príncipe herdeiro acabaria por morrer¹³³. Acabou por melhorar e, quando atingiu sete anos, este aniversário foi motivo de grande contentamento¹³⁴.

Iniciaram-se cedo as negociações do seu matrimónio. Em 1611, Espanha começou a negociar o matrimónio do herdeiro da coroa com uma infanta francesa. Contudo, nesta altura o príncipe tinha apenas sete anos e a infanta francesa Isabel de Borbom, nove¹³⁵.

Neste ano de 1612, Filipe já escrevia bem e fazia leituras fluentemente¹³⁶. A arte também lhe foi incutida. Inclusive, ensinaram o príncipe a desenhar. Enquanto não contraiu matrimónio, continuava a intensificar os seus conhecimentos e a ter brincadeiras próprias da meninez e nesta altura adquiriu um novo gosto, o teatro¹³⁷.

Contraiu matrimónio por via de procuração, em 1615, com Isabel de França, filha dos reis franceses, Henrique IV e Maria de Médicis. Em novembro, a infanta Isabel de Borbom chegou a Espanha¹³⁸.

Deste matrimónio nasceram sete filhos: Margarida Maria de Áustria, Margarida Maria Catarina de Áustria, Maria Eugénia de Áustria, Isabel Maria Teresa de Áustria, Baltasar Carlos de Áustria, Maria Antónia de Áustria, Maria Teresa de Áustria, rainha de França após contrair matrimónio com Luís XIV. Maria Teresa chegou a ser tida como sucessora ao trono, devido à morte do príncipe herdeiro¹³⁹. Após esta morte, ter um varão que continuasse a sua dinastia tornou-se o principal objetivo do rei¹⁴⁰.

¹³³ Oliveira. António de, 2012, p. 34.

¹³⁴ *Idem*, p. 34-35.

¹³⁵ *Idem*, p. 36.

¹³⁶ *Idem*, p. 36.

¹³⁷ *Idem*, p. 36-38.

¹³⁸ *Idem*, pp. 35 e 39.

¹³⁹ *Idem*, p. 101.

¹⁴⁰ *Idem*, p. 106.

Com o intuito de obter um descendente varão, Filipe IV contraiu um segundo matrimónio. A noiva chegou a Espanha, a 9 de agosto de 1649. A eleita para ocupar o trono espanhol foi a sua sobrinha, Mariana de Áustria¹⁴¹.

Desta segunda ligação nasceram cinco filhos: Margarida Maria de Áustria, Maria Ambrósia da Conceição de Áustria, Filipe Próspero, Fernando Tomás e Carlos, futuro Carlos II de Espanha. Durante uns anos a rainha parecia não conseguir engravidar. Margarida Maria, a primeira filha do casal nasceu em 1651. Após este nascimento, o matrimónio dos reis continuava a ter como função continuar a tentar gerar um herdeiro homem. Esses varões acabaram por nascer, mas morreram pouco tempo depois. Só no final de 1661 nasceu o varão que sucederia a Filipe IV¹⁴².

Além destes filhos legítimos teve vários filhos bastardos. Contudo, só é certa a existência de uns sete ou oito¹⁴³. Um destes bastardos foi reconhecido como filho do monarca, tendo inclusive o nome dos Habsburgo: João José de Áustria¹⁴⁴.

Foi um monarca que teve uma grande ligação com as letras e com o mundo das artes. O auge do *Siglo de Oro Español* situa-se ao reinado de Filipe IV. Foi patrono das artes e de muitos artistas: pintores, dramaturgos, poetas e escritores¹⁴⁵.

O rei era um incansável trabalhador e, em 1662, quando adoeceu, a causa atribuída foi excesso de trabalho. Contudo, no ano seguinte, o estado de saúde do rei piorou “além da paralisia do braço e pés direitos, e da gota, padecia também de pedra nos rins”¹⁴⁶. Contudo, a sucessão começava a ficar em causa, o príncipe Carlos nem quatro anos tinha e era bastante enfermo¹⁴⁷.

¹⁴¹ Olival, Fernanda, 2012, p. 106.

¹⁴² *Idem*, p. 106, 110-11.

¹⁴³ *Idem*, p. 116.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 106.

¹⁴⁵ *Idem*, p. 329.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 307.

¹⁴⁷ *Idem*, p. 308.

Em 1665, a saúde do monarca piorou consideravelmente. Temendo a morte, pediu, como era costume, a extrema-unção. Provavelmente, por temer o destino do reino, pediu às forças divinas que tornassem o seu herdeiro venturoso. Cumpriu o ritual de ter consigo a cruz a que Carlos V, Filipe II, e Filipe III se agarraram nas suas últimas horas de vida¹⁴⁸.

Faleceu no dia 17 de Setembro de 1665, com 60 anos¹⁴⁹. Nesta altura já não era há muito tempo soberano do Reino de Portugal. “Morreu no leito, de acordo com os ritos da boa morte”¹⁵⁰. E o seu “corpo embalsamado, foi vestido como se estivesse vivo”¹⁵¹. Tal como o seu pai e o seu avô também os seus restos mortais repousam no Mosteiro do Escorial.

Teve a seu cargo diversas funções e em diferentes frentes e domínios. Os seus reinados, tanto o português como o espanhol, foram conturbados e repletos de adversidades: A sua política externa atravessou sérias dificuldades. Foi consumido pela “exaustão ao querer segurar sob seu domínio o que havia herdado”¹⁵². Contudo, não foi bem-sucedido. A visão de Império estava cada vez mais longínqua e a queda dos Habsburgo cada vez mais próxima.

2. A União Ibérica

Uma união de reinos e uma dinastia que deu mote a um dos períodos mais controversos da História de Portugal. 60 anos de História, 60 anos de uma Monarquia Dualista, 60 anos que dividem opiniões.

Esta União tinha como objetivo tirar Portugal da crise em que se encontrava desde a jornada de Alcácer Quibir. Além disso, havia muito em comum entre ambas as coroas e a sociedade das mesmas¹⁵³. Apesar de ter ocorrido por um incidente, pode ser vista como uma

¹⁴⁸ Olival, Fernanda, 2012, pp. 309-310.

¹⁴⁹ Oliveira, António de, 2015, p. 1143.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 1143.

¹⁵¹ Oliveira, António de, 2012, p. 311.

¹⁵² Oliveira, António de, 2012, p. 329.

¹⁵³ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 51.

mais valia para a Monarquia Hispânica. “Uma comunhão sincera ou necessária num catolicismo partilhado constituía um laço social e uma linguagem comum” determinante na conjuntura europeia que se encontrava dividida por católicos e protestantes¹⁵⁴.

Estes três monarcas nunca moraram no Reino de Portugal, “qualquer deles não deixou de ser um rei estranho ao foro nacional”¹⁵⁵. O autor Vicente Martinho Rodrigues considera ainda que a sua governação portuguesa foi acidental, mas discordamos desta opinião. Considera-se que a monarquia dualista era inevitável, após tantos matrimónios entre ambas as coroas. Além disso, esta *União Ibérica* já tinha sido uma opção considerada por Isabel, a Católica e por D. Manuel I quando nasceu o Infante Miguel de La Paz. A intenção de unir todos os reinos da Península Ibérica, num único reino era um projeto de Isabel, a Católica e do rei *Venturoso*¹⁵⁶. Tal não aconteceu no reinado de D. Manuel I devido ao falecimento deste seu filho que teria herdado todas as coroas ibéricas.

Os Filipes dirigiram o Reino português com distância física e não tinham ligação afetiva a Portugal. Asseguraram e consolidaram a sua dinastia com mercês atribuídas: foram várias as casas e os nobres favorecidos ao longo da dinastia Filipina, por exemplo, no ano de 1583 o marquês de Tancos, o marquês de Távora, no ano de 1611 e o conde de Vimieiro no ano de 1614 receberam novas terras e títulos nobiliárquicos¹⁵⁷.

Filipe I, ao chegar a Lisboa já como rei de Portugal, recebeu de forma simbólica a cidade, através da transmissão das suas chaves. Nesta cidade foi recebido com grande exuberância. Foi realizado um cortejo e Filipe I desfilou pelas ruas adornadas¹⁵⁸. Após este desfile, foi recebido na Sé pelo Arcebispo. A maior parte da nobreza que apoiara a Dinastia de Avis, neste momento mostrava apreço pela Dinastia Filipina¹⁵⁹. A duquesa de Bragança e respetiva casa aceitaram esta presença espanhola de bom grado. “Todos, até a casa de Bragança, estabeleceram laços de

¹⁵⁴ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 37.

¹⁵⁵ Rodrigues, Martinho Vicente, 2009, p. 5.

¹⁵⁶ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 11.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 45.

¹⁵⁸ Serrão, Joaquim Veríssimo, 2000, p. 20.

¹⁵⁹ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 47.

aliança com estas famílias”¹⁶⁰. Aliás, ao longo da União Dinástica, houve matrimónios entre a casa de Bragança e casas da corte espanhola. Inclusive, D. João, casou com uma representante da grande casa Andaluza dos Medina Sidonia, D. Luísa de Gusmão¹⁶¹.

Filipe I de Portugal só esteve três anos no reino de Portugal, de 1580 a 1583, e durante esta estada, residiu a maior parte do tempo em Lisboa, “admirável cidade de onde se pode governar o mundo hispânico, seguramente melhor colocada e melhor organizada do que Madrid cercada pelas terras de Castela”¹⁶². Lisboa teria sido certamente um local formidável para ser o coração desta *União Ibérica*, para ser a principal cidade do Império, pela sua posição geográfica e proximidade do Atlântico. Contudo, a corte espanhola nunca se mudou para Lisboa.

No ano de 1581, António Prior do Crato chegou a Calais. Deteve inicialmente o apoio francês e de seguida, o de Inglaterra. Estes apoios ao pretendente ao trono português podem ser explicados devido à “força marítima dos corsários ingleses e pelo ódio religioso e político que separava a Inglaterra da Espanha”¹⁶³. Em 1583, D. António pediu apoio à Santa Sé. Contudo, o seu pedido não teve retorno.

Após o juramento do seu herdeiro D. Filipe (futuro Filipe II de Portugal) que ocorreu no mês de janeiro de 1583 estavam reunidas as condições que o rei precisava para voltar ao reino espanhol¹⁶⁴. Quando deixou Portugal, Filipe I deixou o governo da coroa portuguesa entregue ao seu sobrinho D. Alberto, filho de Maximiliano da Áustria e de Maria da Áustria, sua irmã. Ao assumir esta responsabilidade, tornou-se vice-rei de Portugal e “recebia o governo de uma nação que sofrera profundamente, na carne e no sangue, a perda da independência política”¹⁶⁵.

¹⁶⁰Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 47.

¹⁶¹ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 65.

¹⁶² Braudel, Fernand, 1995, p. 616.

¹⁶³ Serrão, Joaquim Veríssimo, 2000, p. 24.

¹⁶⁴ *Idem*, p. 26.

¹⁶⁵ *Idem*, p. 32.

Neste ano de 1583, Filipe I de Portugal resolveu reformar as Ordenações em vigor¹⁶⁶. Estas Ordenações de nome Manuelinas vigoravam desde o reinado de D. Manuel I. Considerando que estavam desatualizadas, Filipe I deu o seu contributo ao Direito português reformando-as. Esta legislação começou a ser reformulada nos anos de 1583-1585. Contudo, apenas ficou pronta para publicação em 1595, tendo sido juridicamente utilizadas até meados do século XIX.

Se Maria Tudor não tivesse falecido ou se a união entre esta rainha e Filipe I tivesse gerado um herdeiro, possivelmente teria existido uma união entre os reinos de Espanha e Inglaterra. Só a morte desta sua esposa evitou que conseguisse juntar a coroa inglesa à coroa espanhola. Além disso, Filipe I queria por fim à intensificação do protestantismo¹⁶⁷ que em Inglaterra estava a ter uma forte dimensão e queria “barrar o crescimento da marinha inglesa, impedindo os corsários Drake e Hawkins de atacarem a navegação portuguesa”¹⁶⁸. O corsário Francis Drake tinha destruído 30 barcos em Cádiz em 1585 e tinha atacado também a costa algarvia. Além destas questões, religiosa e marítima, Prior do Crato estava em domínio inglês e reunia condições para invadir o reino português¹⁶⁹.

Assim sendo, em 1588 Filipe I quis invadir a Inglaterra e por este motivo “se armou a mais poderosa esquadra da Idade Moderna, invencível na crença do rei católico, mas que o destino reservou um estrondoso fracasso”¹⁷⁰. A 27 de maio de 1588, saíram de Lisboa 130 naus, 27 375 soldados e homens de mar, 2431 artilheiros¹⁷¹ e o confronto durou uma semana. Por causa de explosões devido a substâncias inflamáveis que eram atiradas para as naus portuguesas da esquadra espanhola e aos ventos fortes que desuniram a guarnição dos reinos de Portugal e Espanha, os ingleses passaram ao ataque.

¹⁶⁶ Oliveira, António de, 2015, p. 1268.

¹⁶⁷Serrão, Joaquim Veríssimo, 2000, p. 35.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰*Ibidem*.

¹⁷¹*Ibidem*.

Para Portugal esta derrota foi bastante prejudicial. Além da perda de vidas humanas, Portugal ficou também descredibilizado a nível político e a Inglaterra fomentou o seu poder, tendo recursos para atacar a costa portuguesa¹⁷².

Com o pretexto de apoiar D. António, a Inglaterra tinha, em 1589, condições reunidas para atacar os reinos português e espanhol¹⁷³. O local escolhido para o desembarque de D. António foi Peniche. D. António e o exército inglês conseguiram dominar a localidade. Após esta conquista, seguiu rumo a Lisboa. Estava convicto que os militares portugueses se iam unir a si e apoiar a sua causa¹⁷⁴. Contudo, tal não aconteceu. Encaminhou-se para Cascais e, durante este percurso, ocorreram bastantes saques feitos pelos ingleses¹⁷⁵. Esta tentativa de ocupar o trono português não foi bem-sucedida. D. António já não detinha o apoio do povo, “já nem o povo miúdo punha esperanças no fraco pretendente”¹⁷⁶. Esta tentativa de alcançar o trono português foi um fracasso, que acabou por levá-lo ao exílio, em França, onde morreu no ano de 1595¹⁷⁷.

Após o governo de seu sobrinho D. Alberto, o reino ficou entregue a governadores nos últimos anos em que Filipe I viveu¹⁷⁸.

Com a morte de Filipe I, em 1598, começa o “declínio de um longo reinado que tinha parecido interminável para os seus adversários”¹⁷⁹. Quando a notícia da sua morte chegou a Portugal, “não consta que os povos do Reino tenham sentido dor idêntica à da perda de um rei natural”¹⁸⁰.

¹⁷²Serrão, Joaquim, Veríssimo, 2000, p. 36.

¹⁷³ Oliveira, António de, 2015 p. 1264.

¹⁷⁴ *Idem*, p. 1266.

¹⁷⁵Oliveira, António de, 2015, p. 1266.

¹⁷⁶ Mattoso, José, 1993, p. 570.

¹⁷⁷ Oliveira, António, 2015, pp. 1267-1268.

¹⁷⁸ Schaub, Jean Frédéric, 2001, p. 46.

¹⁷⁹ Braudel, Fernand, 1995, p. 616.

¹⁸⁰ Serrão, Veríssimo Joaquim, 2000, p. 48.

Com a subida ao trono de Filipe II, existia a esperança que o seu reinado desse ao reino uma época de tranquilidade e fartura¹⁸¹. Contudo, Portugal era considerado só mais um, dos muitos territórios do Império Hispânico - Filipe II de Portugal, encontrava-se completamente afastado de Portugal e os seus conhecimentos sobre este reino eram muito escassos¹⁸².

Durante este reinado, a governação de Portugal foi instável e fortemente marcada pela distância¹⁸³. A nível económico, o país também atravessava diversas dificuldades, escassez de cereais e péssimos anos para a agricultura. Era uma fase de carência alimentar e muitas pessoas viam-se obrigadas a pedir esmola, outras ficavam doentes devido a esta falta de alimentos¹⁸⁴. Além disso, num contexto imperial, Filipe III de Espanha/II de Portugal herdou do pai um quadro financeiro muito desfavorável¹⁸⁵.

Com o objetivo de melhorar a relação com Portugal e acalmar o descontentamento dos portugueses, entregou o governo ao português por quem seu pai tinha grande estima¹⁸⁶, Cristóvão de Moura¹⁸⁷. Este governo ocorreu em duas alturas: a primeira entre 1600 e 1603 e a segunda entre 1608 e 1612. Nomeou-o camareiro-mor, Marquês de Castelo Rodrigo e membro do Conselho de Estado. Contudo, este governador foi afastado do cargo, sendo sucedido por Afonso de Castelo Branco, bispo de Coimbra¹⁸⁸.

Neste ano de 1603, debateu-se em Valhadolid a vinda do rei a Portugal. Juan de Borja e Aragón¹⁸⁹ considerou que esta visita seria boa para os portugueses ficarem satisfeitos.

¹⁸¹ Serrão, Veríssimo Joaquim, 2000, p. 48.

¹⁸² Olival, Fernanda, 2012, p. 9.

¹⁸³ *Idem*, p. 8.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 84.

¹⁸⁵ Olival, Fernanda, 2012, p. 8.

¹⁸⁶ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p.46

¹⁸⁷ Cristóvão de Moura foi o embaixador enviado por Filipe de Habsburgo a Portugal, para estabelecer as negociações aquando da Crise Dinástica. Foi um grande defensor das pretensões filipinas. Posteriormente, tornou-se vice-rei do Reino de Portugal. Veja-se *Capítulos de História de Portugal*, Vol.III, 2015, pp. 1294-1297.

¹⁸⁸ Mattoso, José, 1993, p. 571.

¹⁸⁹ Juan de Borja y Aragón foi embaixador de Filipe de Habsburgo, tornou-se conde de Ficalho ao contrair matrimónio com uma dama portuguesa. Veja-se *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, 2001, p. 47.

Considerou ainda que os portugueses “se sentiam desprezados e com a impressão de que estavam sendo reduzidos a uma província”¹⁹⁰.

O governo de Afonso de Castelo Branco foi muito curto, terminando em dezembro de 1604¹⁹¹. Cristóvão de Moura voltou a deter o cargo de vice-rei entre esse ano e o de 1608.

Em 1608, o cargo de vice-rei foi entregue a D. Pedro Castilho, bispo de Leiria e inquisidor mor do Reino. Ao longo do reinado de Filipe II de Portugal, foram vários os vice-reis, sendo o último vice-rei Diego de Silva¹⁹² que governou entre 1617-1621, não tendo nacionalidade portuguesa, esta governação infringia umas das cláusulas do Juramento feito nas Cortes de Tomar¹⁹³. Ao ocorrer uma fiscalização nos negócios de fazenda por parte de uma junta de espanhola¹⁹⁴, o desagrado e a insatisfação aumentaram mais. Foram também nomeados espanhóis para cargos que apenas deviam ser exercidos por portugueses, quebrando desta forma uma das cláusulas do Juramento das Cortes de Tomar. Foram nomeados “três ministros espanhóis para Fazenda e Contos”¹⁹⁵. Havia escassez de alimentos, de fundos e as críticas e o descontentamento eram cada vez mais nítidos.

Uma visita a Portugal era do interesse político do rei, porque se encontrava muito afastado dos súbditos e aumentava o descontentamento dos mesmos. Foram feitos vários pedidos para que o rei visitasse o seu reino português. Contudo, este adiou a visita ao Reino português diversas vezes e o “país mostra-se insatisfeito pela situação económica e social, potenciados pelos sucessivos adiamentos”¹⁹⁶. A câmara de Lisboa incitou a que houvesse uma contribuição geral de todas as câmaras para se pagar a viagem do rei¹⁹⁷. Seriam as câmaras portuguesas a pagar as despesas da viagem. Foram notificadas 27 câmaras para pagar estas

¹⁹⁰ Mattoso, José, 1993, p. 572.

¹⁹¹ *Idem*, p. 572.

¹⁹² Diego da Silva tinha ascendência portuguesa, Veja-se *História de Portugal*, vol.III, Lisboa, 1993, p. 571.

¹⁹³ Schaub, Jean- Frédéric, 2001, p. 46.

¹⁹⁴ Oliveira, António de, 2015, p. 1296.

¹⁹⁵ Oliveira, António de, 2015, p. 1297.

¹⁹⁶ Oliveira, António de, 2015, p. 1303.

¹⁹⁷ Mattoso, José, 1993, p. 573.

despesas. A de Santarém foi uma das que recusou efetuar tal pagamento. Os impostos já eram elevados e ainda sofreriam um aumento maior para a concretização desta passagem do rei pela corte portuguesa.

Além disso, ao Império Espanhol chegava cada vez menos prata e ouro da América.

O favorecimento do Duque de Lerma¹⁹⁸ causava ainda mais problemas em território português. O que causou mais indignação aos portugueses foi o rei lhe atribuir rendimentos pertencentes à coroa portuguesa¹⁹⁹, nomeadamente, uma pensão de rendimentos pertencentes à alfândega de Lisboa. Mais uma vez ocorria uma quebra do Juramento das Cortes de Tomar, porque o Duque de Lerma não era português e estava a obter rendimentos de foro português²⁰⁰. Assim sendo, a posição de valido adequa-se na perfeição ao Duque de Lerma, que detinha visivelmente a proteção e o favor real²⁰¹.

Em março do ano de 1619, Filipe II comunica que virá a Portugal. Em abril desse ano deixou a corte espanhola e dirigiu-se ao reino de Portugal, tendo apenas chegado a Lisboa em junho²⁰², estando o monarca em Portugal, os poderes do vice-rei encontravam-se suspensos. Contudo, na prática o vice-rei continuava a exercer as suas funções habituais²⁰³.

Após a visita do rei a Portugal, o rei conseguiu garantir a sucessão do seu filho ao trono português, jurado nesta altura como príncipe herdeiro da coroa portuguesa, garantindo a continuação da sua dinastia no reino português²⁰⁴. Contudo, os súbditos não usufruíram daquilo que pretendiam com esta visita²⁰⁵. O rei deixou a corte portuguesa e decisões não foram

¹⁹⁸ Francisco de Sandoval, duque de Lerma foi ministro de Filipe III de Espanha. Veja-se *Capítulos de História de Portugal*, vol,III, 2015, p. 1293.

¹⁹⁹ Schaub, Jean Frédéric, 2001, p. 79.

²⁰⁰ Schaub, Jean Frédéric, 2001, p. 79.

²⁰¹ *Idem*, p. 31.

²⁰² Oliveira, António de, 2015, p. 1318.

²⁰³ *Idem*, p. 1318.

²⁰⁴ Mattoso, José, 1993, p. 573.

²⁰⁵ *Idem*, p. 573.

tomadas, nem assuntos resolvidos²⁰⁶. Esta visita foi muito dispendiosa para o país e pouco produtiva pois, foram gastos 610 000 cruzados para cobrir os custos da viagem do rei²⁰⁷.

Filipe II de Portugal não mostrou grande preocupação em resolver as questões do reino de Portugal e transmitiu o parecer de que a culpa da situação portuguesa era dos seus ministros²⁰⁸. O único ato de relevo foi ter conseguido que os portugueses jurassem o seu filho, herdeiro do trono português²⁰⁹. Provavelmente, a sua viagem a Portugal foi executada para acalmar os ânimos da população e para concretizar este juramento nas Cortes de 1619. Estas Cortes foram a renovação do contrato estabelecido entre o soberano e os seus súbditos²¹⁰. O vice-rei tomou novamente posse dos seus poderes, assim que o soberano saiu do reino português²¹¹.

Após a visita a Portugal, o rei Filipe II de Portugal ficou enfermo, acabando por falecer. Filipe IV assume a governação de ambos os reinos no ano de 1621, aos trinta e um dias do mês de março²¹². Com a subida ao trono de Filipe III (IV) de Espanha, haverá algumas mudanças, a sua atitude será diferente da dos seus antecessores. Um exemplo disso, é que este rei nunca visitará Portugal²¹³. Foi um rei fisicamente ausente e a governação de Portugal esteve sempre entregue ao respetivo vice-rei ou à junta de governadores²¹⁴.

No reino espanhol, governou durante quarenta e quatro anos. Porém, em Portugal a situação foi diferente, governou desde a morte de seu pai até se dar *A Restauração da Independência* no reino português²¹⁵. A imagem com que ficou na História de Portugal não foi a melhor e o seu reinado português foi durante muito tempo alvo de conotação negativa.

²⁰⁶ Oliveira, António de, 2015, p. 1318.

²⁰⁷ *Idem*, p. 1319.

²⁰⁸ *Idem*, p. 1318.

²⁰⁹ *Idem*, p. 1325.

²¹⁰ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 23.

²¹¹ Oliveira, António de, 2015, p. 1318.

²¹² *Idem*, p. 1325.

²¹³ Mattoso, José, 1993, p. 573.

²¹⁴ Oliveira, António de, 2012, p. 9.

²¹⁵ *Idem*, p. 13.

Contudo, ao longo dos anos tem havido reinterpretações e reavaliações sobre este rei e sobre o seu reinado²¹⁶. Em Portugal, este rei “rei não goza de boa memória, assim como a dos antecessores”²¹⁷, provavelmente pelo grande poder atribuído aos validos e às tomadas de decisões incitadas pelos mesmos²¹⁸.

Neste contexto, houve um valido que se destacou tanto na política portuguesa como na espanhola - Gaspar de Guzmán. Gaspar de Guzmán nasceu em Itália no ano de 1587²¹⁹. Começou a fazer parte da corte de Filipe IV, quando este ainda era príncipe. Nesta altura, nem Filipe era Filipe IV nem Guzmán era conde-duque de Olivares. Quando o príncipe Filipe se converteu em Filipe III de Portugal e IV de Espanha não quis abdicar dos conselhos de D. Gaspar²²⁰.

A influência de Olivares foi tanta que será considerado pela corte espanhola um usurpador²²¹. Em Espanha, muitos se opuseram a tamanha influência e o reino espanhol nesta altura, encontrava-se numa fase de precariedade e instabilidade²²². Para salvar o Império era preciso voltar aos tempo glorioso de Isabel e Fernando ou ao tempo do seu bisavô Carlos V²²³. Em Portugal a crise estava eminente. Recusou-se a reunir as cortes portuguesas. Não renovando o contrato que havia sido feito com súbditos portugueses em 1580²²⁴. Filipe IV e o seu valido, o conde-duque de Olivares, não quiseram seguir os passos dos reis anteriores.

Tendo o monarca herdado um vasto império, cada vez era mais difícil mantê-lo. As colónias eram cobiçadas pelos reinos concorrentes ao domínio Hispânico²²⁵. Apesar de existir uma *União de Armas*, ou seja, tinha que existir entre ajuda entre os diversos domínios Espanhóis

²¹⁶ Oliveira, António de, 2012, p. 13.

²¹⁷ *Idem*, p. 14.

²¹⁸ *Idem*, p. 328.

²¹⁹ *Ibidem*.

²²⁰ Oliveira, António de, 2012, p. 44.

²²¹ Schaub, p. 31.

²²² Oliveira, António de, 2012, p. 66.

²²³ *Idem*, p. 66.

²²⁴ Schaub, Jean Frédéric, 2001, p. 80.

²²⁵ *Idem*, p. 71.

a dificuldade em manter os territórios era cada vez maior²²⁶, tanto em territórios portugueses como espanhóis. No Oriente, o reino português estava a perder o controlo dos seus territórios²²⁷, apesar de existir a *União de Armas*.

A solidariedade bélica entre Portugal e Espanha teve repercussões e foi péssima para a economia do reino português²²⁸, principalmente por causa da guerra que Espanha travou durante anos com as Províncias Unidas, por causa das divergências com os ingleses e posteriormente, com os franceses²²⁹. Este fator foi considerado determinante para o desagrado dos portugueses²³⁰.

Na vertente fiscal, apesar de ter a perceção de que para conseguir mudanças de cariz financeiro era preciso que houvesse uma discussão sobre a questão em causa e a aprovação da mesma, em Cortes²³¹, Filipe IV e Olivares não convocaram cortes. Olivares chamou à corte espanhola, de forma individual vários homens influentes no reino de Portugal para conseguir através da aprovação das figuras importantes do reino português mais recursos económicos, violando assim o pacto de Tomar²³².

Em 1634, Filipe IV designou como vice-rainha de Portugal, a sua prima italiana Margarida de Sabóia, duquesa de Mântua²³³.

Entre 1635 e 1637 “numa vasta área do País os tributos foram impostos (...) sem o consentimento das populações”²³⁴. Esta situação agravava o descontentamento da população e, tal como no reinado de seu pai, a falha era atribuída aos ministros que não mostravam ao

²²⁶ Schaub, Jean Frédéric, 2001, p. 72.

²²⁷ *Idem*, p. 73.

²²⁸ *Ibidem*.

²²⁹ Schaub, Jean Frédéric, 2001, p. 73.

²³⁰ *Idem*, p. 91.

²³¹ *Idem*, p. 80-82.

²³² *Idem*, p. 82.

²³³ *Idem*, p. 92.

²³⁴ Oliveira, António de, 1990, p. 161.

monarca a realidade do país²³⁵. O principal motivo de protesto foi o imposto ocasional da real d'água²³⁶. Este era relativo ao vinho e à carne²³⁷. Começaram, assim, as revoltas populares. Temos que ter consideração que em 1637 houve um grande número de levantamentos²³⁸. Estas revoltas decorreram no sul do país, destacando-se a participação da região Algarvia e da região alentejana. Na região alentejana, Portalegre e Évora foram os locais mais revoltosos²³⁹. E os anos de 1638-1639 foram os anos em que o governo de Lisboa se encontrou mais dividido a nível político²⁴⁰.

Quando a Catalunha iniciou a sua revolta contra o governo espanhol, Olivares não era vice-rei nem fazia parte da junta de governadores do reino de Portugal²⁴¹. Contudo, recrutava homens para atenuar a revolta catalã. Neste caso, temos que ter em conta que não se pode “dissimular a participação activa e voluntária de várias grandes famílias da nobreza portuguesa”²⁴². Não podemos ver a participação dos portugueses na defesa dos territórios catalães de forma linear, nem misturar a oposição de alguns com a participação voluntária de vários nobres portugueses²⁴³. Os nobres que apoiavam Filipe IV, combateram de forma voluntária na Catalunha.

É certo que no reinado de Filipe II e III de Portugal houve violação dos princípios, jurados por Filipe I e abusos cometidos pelo conde-duque de Olivares, tanto ao nível das armas como ao nível financeiro²⁴⁴. Aliás, Olivares foi considerado “o ministro que menos respeitou os acordos assinados em 1581”²⁴⁵. Tendo em conta esta situação e apesar de o reino ser

²³⁵ Oliveira, António de, 1990, p. 189.

²³⁶ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 84.

²³⁷ *Idem*, p. 84.

²³⁸ *Idem*, p. 85.

²³⁹ Oliveira, António de, 1990, pp. 198-203.

²⁴⁰ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 95.

²⁴¹ *Idem*, p. 75.

²⁴² *Idem*, p. 76.

²⁴³ *Ibidem*.

²⁴⁴ *Idem*, p. 77.

²⁴⁵ *Idem*, p. 93.

governado pela vice-rainha, há que ter em conta que era forte a “força política que a cidade de Lisboa havia adquirido”²⁴⁶. Além disso, era elevada a autonomia jurisdicional dos municípios²⁴⁷ e as elites detinham muitos privilégios com os quais podiam contar²⁴⁸. Muitos dos princípios que não foram cumpridos podiam ter sido travados por estas fações. Tinham força para o fazer e “para paralisar maior parte das iniciativas fiscais ou financeiras tidas como abusivas”²⁴⁹. Não utilizaram o poder que detinham para travar os incumprimentos. Porém, no final dos anos 30 invertem a sua posição.

Em 1639, foi proposto ao Duque de Bragança um cargo importante, o cargo de governador-geral das armas de Portugal. Contudo, D. João não aceitou esta oferta e, quando a conspiração contra a dinastia filipina começou a ganhar maior proporção, como chefe da casa de Bragança, o duque de Bragança foi obrigado a deixar de ter uma atitude passiva e teve que liderar e encabeçar o movimento que emergia²⁵⁰. A 1 de dezembro de 1640, um grupo de constituído por quarenta nobres que seriam denominados pela história portuguesa como *conjurados* invadiu o Palácio Real, onde se encontrava a vice-rainha e Miguel de Vasconcelos²⁵¹. Nesta tomada do Palácio mataram Miguel de Vasconcelos e prenderam a vice-rainha²⁵².

Após estes acontecimentos ocorridos no Palácio Real, foi aclamado o novo rei português, D. João IV, anteriormente D. João, Duque de Bragança. Iniciou-se assim a dinastia de Bragança. Nesta altura, a Espanha atravessava diversos problemas, diversas frentes de guerra, uma vez que a Catalunha continuava a tentar desvincular-se e a sua defesa era prioritária, tanto que muitos

²⁴⁶ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 89.

²⁴⁷ *Ibidem*.

²⁴⁸ *Idem*, p. 89.

²⁴⁹ *Idem*, p. 90.

²⁵⁰ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 66.

²⁵¹ Miguel de Vasconcelos foi ministro da Duquesa de Mântua, Veja-se *Capítulos da História de Portugal, vol.III*, 2015, pp. 1378-1379.

²⁵² Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 97.

fidalgos que apoiavam Filipe IV se encontravam em território espanhol, quando se deu o Primeiro de dezembro²⁵³.

Ao termos a percepção que foram quarenta fidalgos que invadiram o Palácio e não quarenta camponeses, vemos a “indiferença dos súbditos portugueses relativamente às questões simbólicas da política dinástica”²⁵⁴. Não se pode uniformizar a opinião portuguesa nem se deve usar “textos de polémica política e de oratória sagrada produzidos a montante e a jusante do 1º de Dezembro como os reflexos da opinião portuguesa”²⁵⁵. O que determinou a posição política das elites e determinou o lado do qual se posicionaram aquando da *Restauração da Independência* foram os vínculos e interesses que haviam construído ou não, ao longo desta dinastia com a coroa espanhola. Vários fidalgos, após o término da dinastia Filipina, permaneceram do lado espanhol porque não concordavam com a Restauração, ficando sem as suas possessões em território português²⁵⁶. Sempre houve uma grande ligação entre Portugal e o reino vizinho, contudo, é com a dinastia filipina que esta ligação se intensificou²⁵⁷.

Esta dinastia foi para o reino português, um tempo de vinculação com a Espanha. Ao estarem inerentemente ligadas ambas as coroas, estes anos também foram uma marcados pela presença portuguesa no reino espanhol²⁵⁸. O que afastou estes reinos intrinsecamente ligados desde a Idade Média, foi a Restauração e a ideia de separação e antagonismo foi reforçada ao longo do tempo, com especial incidência durante o período do Estado Novo, cuja historiografia e propaganda “engendrou uma fronteira física, cultural e mental que ainda custa a apagar”²⁵⁹.

²⁵³ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 98.

²⁵⁴ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 97.

²⁵⁵ *Idem*, p. 97.

²⁵⁶ Schaub, Jean-Frédéric, 2001, p. 50.

²⁵⁷ *Idem*, p. 49.

²⁵⁸ *Idem*, p. 37.

²⁵⁹ *Idem*, p. 98.

III. Parte

3. Aplicação Didática

Todos os historiadores, principalmente os professores devem ser formadores cívicos e sociais²⁶⁰. Um docente de História, além de transmitir conhecimento tem que transmitir valores porque ao formar também está a incutir valores de cidadania. O professor tem que ser capaz de orientar/ajudar os alunos a formarem-se enquanto cidadãos²⁶¹. Para facilitar a transmissão de conhecimento, valores e despertar o interesse dos alunos, a didática é fundamental. “O professor assume-se, cada vez mais, como o mediador/facilitador das aprendizagens”²⁶². Contudo, nem sempre os professores têm materiais apelativos para diversificar determinadas matérias. Assim sendo, esta aplicação didática consiste na criação de um dossiê de materiais. Uma aula depende dos recursos e da forma como os professores os utilizam e fazem a turma interagir com os mesmos²⁶³. Assim sendo, o principal objetivo é que os professores tenham diversos materiais apelativos e cientificamente atualizados para utilizarem na temática *A União Ibérica*.

Nos objetivos que estão inseridos na Introdução do presente relatório, está explicado que este tema da História de Portugal ocupa apenas uma página escrita no manual e uma outra com escassos documentos. Como podem os docentes cumprir as metas curriculares “Relacionar o incumprimento das promessas feitas por Filipe I, nas cortes de Tomar, pelos seus sucessores com o crescente descontentamento dos vários grupos sociais portugueses”²⁶⁴, se nestas duas páginas apenas estão inseridos os antecedentes da *União Ibérica*, a crise dinástica (de forma muito sucinta) e o Juramento das Cortes de Tomar? Como podem os alunos perceber o incumprimento das medidas estabelecidas no Pacto de Tomar, se os reis vindouros da dinastia filipina apenas são mencionados de passagem na parte da *Restauração da Independência*?! Devia

²⁶⁰Junior, Antonio Germano Magalhães; Miranda, Augusto Ridson de Araújo, 2014, p. 92.

²⁶¹ *Idem*, p. 96.

²⁶²Gomes, Rosa Maria Alves, p. 7.

²⁶³ Barca, Isabel, 2004, p. 132.

²⁶⁴ http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas_curriculares_hist_3_ciclo.pdf8 (acedido em 1 de junho de 2018).

existir um “alargamento das concepções históricas de tempo”²⁶⁵. Esta temática poderia ser mais trabalhada e analisada de uma forma mais completa.

Os métodos utilizados quando se lecionam as matérias são fundamentais para captar a atenção dos alunos e para alargar os seus conhecimentos sobre determinados temas. Este dossiê permite que os professores tenham mais recursos para abordar esta temática de uma forma mais ampla, caso queiram e, assim, proporcionem aos alunos: novas atividades, novos materiais de estudo e interesse histórico.

Por outro lado, considera-se que estes materiais também são relevantes para os alunos, pois a sua conceção assenta no pressuposto que “o aluno é efetivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento”²⁶⁶. Com estes recursos, os alunos podem ter mais pontos de vista, fomentar o seu espírito crítico e reflexivo, consolidando a qualidade das suas aprendizagens históricas.

O que se pode fazer para os alunos terem “percepções da história – pontos de vista - que não são os seus?”²⁶⁷. Considera-se que este dossiê responde um pouco a esta questão. Com novos materiais, com novas atividades, com a interpretação de outros documentos, os alunos poderão diversificar os seus pontos de vista e a sua forma de ver o contexto da matéria que estão a aprender.

Os recursos que criados neste dossiê procuram promover a empatia histórica. Empatia histórica consiste em que os alunos consigam avaliar os acontecimentos do passado, tendo em conta o espaço e o tempo. O aluno deve compreender que as circunstâncias do passado, na maioria das vezes são diferentes da atualidade. O aluno deve ter a capacidade de se colocar no lugar de determinadas personagens históricas para compreender determinadas ocorrências²⁶⁸. Assim sendo, considera-se que a empatia histórica na matéria em que se insere este trabalho é

²⁶⁵ Junior, Antonio Germano Magalhães; Miranda, Augusto Ridson de Araújo, 2014, cit p. 97.

²⁶⁶ Barca, Isabel, 2004, p. 132.

²⁶⁷ Andrade, Breno Gontijo, et al, 2011, p. 259.

²⁶⁸ Trindade, Sara, 2014, pp. 135-137.

fundamental para que a turma veja estes reis e as suas atitudes “como os atores do passado”²⁶⁹, e tenham em conta a sua ação no espaço e o tempo. Todas aquelas questões nacionalistas envolvidas, todas aquelas dúvidas inerentes sobre essa parte da História de Portugal podem ser explicadas de uma forma mais explícita com estes materiais. Se os professores utilizaram vários materiais além do manual e dos recursos do manual, a forma como os discentes vão interpretar os contextos históricos vai ser muito mais vasta. Os materiais inseridos neste trabalho são: um guião de dramatização em sala de aula, um *Powerpoint* personalizado que visa promover a importância da iconografia e da análise de textos historiográficos em sala de aula, duas fichas de trabalho que visam completar o *Powerpoint* e consolidar o conhecimento transmitido através do mesmo, uma árvore genológica que tem como objetivo facilitar a compreensão dos alunos nas questões de descendência e que será um ponto de partida para a realização de novas tarefas, um roteiro de viagem que tem como objetivo valorizar e promover o património nacional e internacional, separadores de livros que visam promover a leitura e a obtenção de novos conhecimentos e por fim, uma *app* com um jogo: *Quiz Dinastia Filipina* que tem como objetivo promover o uso de tecnologias em sala de aula e no ensino de História.

Quando esta matéria foi lecionada em sala de aula, o recurso escolhido deste dossiê para aplicar em sala de aula recaiu na realização da dramatização. Os alunos ao colocaram-se no lugar das personagens conseguem aprender a matéria e ter uma perceção mais facilitada dos acontecimentos²⁷⁰. O guião era constituído por quatro personagens: o narrador, Filipe II de Espanha, D. Catarina de Bragança e António Prior do Crato. Estes candidatos ao trono de Portugal apresentavam os seus argumentos para ocupar o trono português e os restantes colegas não tendo o guião (propositadamente), tinham que estar atentos para saberem quais as pretensões dos respetivos pretendentes.

No próximo ponto deste trabalho será descrita esta atividade de dramatização em sala de aula, todos os outros recursos inseridos no dossiê de materiais e os objetivos pretendidos com a criação dos mesmos.

²⁶⁹ Trindade, Sara, 2014, pp. 135-137.

²⁷⁰ Sousa, Ana Maria Correia e, 1997, p. 104.

I.1. Dramatização em sala de aula

Guião de dramatização sobre o tema: *União Ibérica*²⁷¹.

Narrador: *O rei de Portugal, D. Sebastião, morre no ano de 1578 na Batalha de Alcácer Quibir. Após a sua morte, sucede-lhe o Cardeal D. Henrique, homem de Deus e idoso. O seu reinado dura apenas dois anos e o trono português fica sem rei.*

São apresentados à população do Reino de Portugal, três candidatos para ocuparem o trono:

Candidato 1: *Sou Filipe de Habsburgo, rei de Espanha e o neto mais velho e legítimo do rei D. Manuel I. Por isso, tenho direito a ser rei de Portugal.*

Candidato 2: *Sou dona Catarina! Duquesa de Bragança por casamento e neta legítima do rei D. Manuel I, o trono de Portugal é meu por direito.*

Candidato 3: *O meu nome é António Prior do Crato. sou neto do rei D. Manuel e português. Assim sendo, sou o melhor candidato para assumir o Reino de Portugal.*

Candidato 1: *Como se atreve vós D. António, a querer o trono de Portugal se é neto bastardo de meu avô D. Manuel? Portugal precisa de um rei legítimo.*

Candidato 3: *E vós D. Filipe, sois espanhol. Nenhum espanhol deverá ocupar o trono dos portugueses. Não queremos ser governados por espanhóis. E vós dona Catarina, achais que uma mulher poderá governar este Reino?*

Candidato 2: *Tenho o apoio de nobres e clérigos, governarei.*

Candidato 1: *Não vos enganeis Dona Catarina. Grande parte da nobreza e do clero já me demonstrou o seu apoio. E a burguesia também me apoia.*

²⁷¹ Realizado por mim.

Candidato 3: *E eu tenho o apoio do povo. Não vos esqueçais que foi assim, que o primeiro João do Reino de Portugal, pai da Ínclita Geração subiu ao trono. Já nessa altura não queríamos ser governados por Castela. Serei aclamado rei.*

Candidato 1: *Podereis ser aclamado mas eu sou o rei de toda a Espanha. Tenho um exército grande e poderoso, se for preciso utilizarei o meu exército para vos derrotar.*

Nesta minipeça, um aluno mostrou-se muito entusiasmado com a atividade e voluntariou-se de imediato para participar no teatro. Contudo, quando o aluno viu que lhe foi atribuída a personagem de Filipe II de Espanha ficou desagradado e disse: “*Oh professora, não quero ser o espanhol!*”. Esta afirmação significa que o “seu entendimento da relação entre afirmações históricas”²⁷², pode vir do conhecimento tácito. O conhecimento tácito remete para o facto de que o aluno, antes da matéria ser lecionada, já tinha uma ideia pré-concebida, isto pode ocorrer por diversos fatores: aprendizagens anteriores, assimilações que podem estar erradas ou fatores de cariz pessoal²⁷³. Pelo que foi presenciado este continua a ser um tema mal explicado e mal visto pelos alunos. Porém, “parece ter chegado o momento de os sessenta anos do Portugal dos Filipes”²⁷⁴ serem interpretados à luz da historiografia, “considerados por si próprios”²⁷⁵ e “definitivamente incorporados no curso histórico português”²⁷⁶. Com o este dossiê de materiais pretende-se desmistificar estas ideias que os alunos têm pré-concebidas. Será mais fácil os alunos terem “pontos de vista dos sujeitos viventes”²⁷⁷. Porque este é sem dúvida um tema onde existe um “cruzamento de vários pontos de vista, não necessariamente convergentes”²⁷⁸.

Para completar o teatro e evidenciar ainda mais a empatia histórica, foi utilizada uma coroa e um papel com o Juramento das Cortes de Tomar e “coroadado o rei”.

²⁷² Ashby, Rosalyn, 2006, p. 154.

²⁷³ Trindade, Sara, 2014, p. 146.

²⁷⁴ Bouza, Fernando, 2013, p. 15.

²⁷⁵ *Idem*, p. 15.

²⁷⁶ *Idem*, p. 14.

²⁷⁷ Ashby, Rosalyn, 2006, p. 262.

²⁷⁸ Barca, Isabel, 2007, p. 57.

Figura I - Materiais utilizados nesta minipeça de teatro



Dessa forma, considera-se que conseguiram “sentir e viver a História”²⁷⁹. Após a pequena dramatização, foi colocado no quadro um esquema com o nome dos três candidatos, para que em conjunto com os alunos se desse a exclusão de cada um, até chegarem ao eleito. Para chegarem a esta conclusão, foram feitas perguntas, tais como:

- O que todos os candidatos têm comum?
- Se Filipe II e D. António são ambos homens, o que os distingue?
- Quais são as vantagens e recursos que Filipe II tem?

Quando se utiliza “o drama, é necessário determinar claramente o tipo de aprendizagens a promover”²⁸⁰. Desta forma, o professor vê se os alunos conseguiram retirar da dramatização as ideias fundamentais para compreenderem esta matéria, por exemplo: qual a ligação entre as personagens, qual é o objetivo que as personagens desejam atingir, como é que Filipe II

²⁷⁹ Andrade, Breno Gontijo, et al, 2011, p. 263.

²⁸⁰ Sousa, Ana Maria Correia e, 1997, p. 103.

conseguiu ser o sucessor do trono português, entre outras. Os professores podem usar este guião em sala de aula e após a interpretação fazer este tipo de questões ou podem optar por outras que achem pertinentes. Além disso, se tiverem mais tempo podem fazer uma peça de teatro com outra dimensão. Por exemplo, com mais personagens e criação de cenários. O teatro em História “pode ser abordado de forma variada, consoante as intenções educacionais”²⁸¹. O professor deve decidir se deve ter um papel ativo ou não na dramatização, pode participar em conjunto com os alunos ou apenas observar²⁸².

Neste caso em específico, apenas seleccionámos os materiais que foram considerados essenciais para a dramatização e foi escrito o guião. Assim sendo, a opção foi que os alunos tivessem uma participação ativa. Após a dramatização, foi elaborado um esquema no quadro em conjunto com a turma e chegou-se ao pretendente eleito ao trono. Após este momento, o aluno X sentou-se numa cadeira em frente ao quadro e foi “coroadado”. Posteriormente, o aluno leu o Juramento das Cortes de Tomar, perante a turma. E assim terminou esta atividade que teve como objetivo “desenvolver a imaginação histórica e a empatia”²⁸³ e que visava que os alunos pudessem “alargar e aprofundar a compreensão histórica, tornando mais concretas determinadas ideias abstractas”²⁸⁴. Foi uma atividade produtiva, os alunos conseguiram responder corretamente às questões que lhes foram colocadas e estavam muito entusiasmados, principalmente com os materiais utilizados (coroa e excerto do Juramento das Cortes de Tomar). Achamos que com esta minipeça de teatro foi mais fácil para os alunos interpretar este tema. Puderam em sala de aula, incorporar os agentes históricos e “vivenciar” os problemas com que se depararam estas figuras. No final da atividade, até bateram palmas e disseram que foi muito giro.

Outra questão encontrada nos manuais da disciplina de História, é que continuam a expor a matéria de forma narrativa, quase como se algumas personagens históricas fossem os heróis e outras os vilões. No tema que estamos a trabalhar, o vilão seria Filipe I de Portugal que supostamente veio ocupar o trono e dominar Portugal. Contudo, temos “explicações científicas

²⁸¹ Sousa, Ana Maria Correia e, 1997, p. 127.

²⁸² *Idem*, p. 105.

²⁸³ *Idem*, 1997, p. 162.

²⁸⁴ *Idem*, p. 162.

abrangentes da realidade social”²⁸⁵. A figura de Filipe I não deve ser transmitida como um “vilão”. Como “a investigação histórica deve estar no centro do currículo de História”²⁸⁶, os alunos devem ter a conceção que a história está sempre em construção, que não é uma narrativa, nem estagnou. Os manuais falham nessa vertente, continuam a contar os acontecimentos como uma narrativa em vez de se focarem numa visão historiográfica mais atualizada. Por isso, considera-se que devem existir novos recursos para fomentar nos alunos espírito reflexivo e para que os mesmos possam ter diversas perceções sobre a matéria assentes na Historiografia²⁸⁷. Neste caso em específico, este rei tem que ser visto “como indivíduo, um agente do seu próprio tempo”²⁸⁸. A “História-ciência deve atribuir-lhe a relevância correspondente”²⁸⁹, tanto a este rei como à geração vindoura.

O enfoque narrativista que se encontra nos manuais, acontece porque não existe uma confrontação com novos documentos, nem a sugestão do desenvolvimento de novas atividades.

Este dossiê de materiais pretende que este tema tenha uma evolução, na forma como é transmitido, “evitando conteúdos que sejam descontextualizados de suas vivências”²⁹⁰.

Após terem mais informação sobre os três reinados, pretende-se que os alunos formem a sua própria opinião²⁹¹ sobre este tema da História de Portugal e deixem de lado as ideias provenientes do conhecimento tácito.

Uma aprendizagem diversificada das questões históricas, tendo sempre em conta o espaço, o tempo e os fatores socioeconómicos da altura que se está a estudar são fundamentais para que os alunos saibam contextualizar no espaço e no tempo. Só desse modo, compreenderão certas atitudes dos agentes da História²⁹².

²⁸⁵ Barca, Isabel, 2007, p. 55.

²⁸⁶ Ashby, Rosalyn, 2006, p. 153.

²⁸⁷ Moreira, Maria Gorete, 2004, p. 52.

²⁸⁸ Barca, Isabel, 2007, p. 57.

²⁸⁹ *Idem*, p. 57.

²⁹⁰ Andrade, Breno Gontijo, *et al*, 2011, p. 260.

²⁹¹ *Idem*, p. 260.

²⁹² *Idem*, p. 262.

1.2. PowerPoint: A importância da Iconografia e da análise de documentos escritos em sala de aula

O objetivo principal do *PowerPoint* é completar o manual (ver *PowerPoint* completo em anexo). O foco nas imagens pretende captar a atenção visual dos alunos, apelando mais uma vez à empatia histórica, porque se os alunos de alguma forma ao criarem esta empatia, vão entender com mais facilidade os fatores da História e como esta está em constante evolução²⁹³. Além disso, aborda os três reinados, como o manual aborda os reinados de Filipe II e Filipe III de forma muito superficial, este *PowerPoint* contém textos historiográficos de diferentes historiadores sobre cada reinado, para que os professores analisem estes documentos com os alunos, para que a turma tenha a percepção de como foram os reinados. Sem aprofundarem em demasia os três reinados, os materiais propostos complementam o manual e dão novas visões aos alunos através do uso diversificado de fontes.

Os documentos historiográficos são um recurso que os professores podem utilizar para mostrar vários pontos de vista sobre um determinado assunto. Quando os docentes utilizam este meio em sala de aula estão a alargar a conceção dos alunos sobre a matéria lecionada. Desta forma, os educandos não terão apenas uma percepção e a compreensão que atingirão será mais precisa. A diversidade de recursos em sala de aula é uma ferramenta que ajuda o professor a mostrar vários pontos de vista sobre um determinado acontecimento²⁹⁴. Os textos historiográficos são uma excelente opção de recurso para se utilizar em sala de aula e por isso foram colocados neste *PowerPoint*. A nova historiografia permite-nos a análise de vários discursos, vários elementos, várias visões de um determinado assunto e de uma determinada sociedade. Desta forma, a compreensão dos acontecimentos por parte dos alunos ao analisarem textos de cariz historiográfico será muito mais alargada e o aluno passará a estar mais atento a este tipo de materiais e questões. A sua visão e percepção dos acontecimentos não adquirirá formas lineares e a compreensão do passado, será mais fácil²⁹⁵.

Outra questão fundamental é a questão visual, se o *PowerPoint* tiver demasiado texto, os professores correrão o risco de diminuir o interesse dos alunos e que estes não estejam tão

²⁹³ Trindade, Sara, 2014, p. 136.

²⁹⁴ Xavier, Erica da Silva, 2010, pp. 641, 644 e 647.

²⁹⁵ Nascimento, Jairo de Carvalho, pp. 1-4.

atentos. Um *PowerPoint* com imagens aprazíveis suscitará o interesse dos alunos e irá gerar mais atenção da parte dos mesmos. Pretende-se que as imagens que se encontram no *PowerPoint* “motivem o aluno para a aprendizagem, que os diferentes tipos de ilustrações (fotografia, desenhos, mapas, gráficos, esquemas, etc.)”²⁹⁶. As imagens existentes podem e devem ser analisadas em sala de aula. Posto isto, os professores podem perguntar aos alunos o que cada imagem lhes transmite, o que conseguem ver com determinada imagem, que objetos/figuras estão - representados nas imagens. Ou podem ir mais além e apostar na Arte, porque a maior parte das imagens existentes no *PowerPoint* são pinturas existentes no Museu do Prado. Assim sendo, podem fazer com os alunos uma visita virtual ao Museu do Prado através do site: <https://www.museodelprado.es>. Os museus são um excelente meio de exploração da História e uma mais valia para o ensino e aprendizagem da mesma. Nos museus conservação, memória, conhecimento e promoção da cultura são palavras de ordem²⁹⁷. Neste caso em específico o Museu do Prado e esta temática podem ser explorados sem os professores e os educandos saírem da sala de aula. O próprio site do museu tem um espaço dedicado à Iconografia de retratos reais. A iconografia é uma vertente visual fundamental no Ensino de História porque muitos educandos interessam-se mais pelo conteúdo visual do que escrito²⁹⁸. Neste espaço do site, os alunos podem encontrar quadros de Carlos V, da Imperatriz Isabel, de Catarina de Áustria, de D. Sebastião e inúmeros quadros dos Filipes, das suas esposas e dos seus filhos. Considero que o local com mais iconografia sobre esta temática é o Museu do Prado e sendo a visita virtual possível sem sair da sala de aula e gratuita, creio que seria uma excelente opção para os professores explorarem em aula. Através da análise destes quadros os alunos podem ter uma perceção mais alargada da matéria e captar pormenores que não se encontram em texto e se os quadros forem pinturas da época que estão a estudar pode ajudar os alunos a contextualizaram-se no espaço e no tempo²⁹⁹. O facto de a maior parte destas obras artísticas terem sido realizadas nos reinados de Filipe I, Filipe II e Filipe III faz com que os alunos vejam como o pintor retratou os monarcas, por exemplo. Conseguem ver à luz da historiografia e não com uma visão atual.

²⁹⁶ Moreira, Maria Gorete, 2004, p. 17.

²⁹⁷ Duarte, Ana, 1993, p. 95.

²⁹⁸ Coelho, Tiago, 2014, p. 1.

²⁹⁹ *Idem*, pp. 3-4.

As fichas de trabalho (ver em anexo figura 24 e figura 25) elaboradas visam articular o conhecimento adquirido com *PowerPoint* e avaliar as competências adquiridas com o mesmo (ver anexo). Após terem visto o *PowerPoint*, devem realizar as fichas de trabalho, podem executar esta tarefa em aula, ou como trabalho de casa. Os alunos devem responder às questões a partir da memória, devem responder tendo em conta, o que retiraram da visualização e análise dos materiais. A ficha número I visa testar os conhecimentos que adquiriram através da iconografia, nesta ficha os alunos através das imagens devem conseguir identificar o respetivo rei e ligar o nome à imagem. Desta forma, as imagens são utilizadas como forma de conhecimento e devem servir como ponto de aprendizagem no ensino de História³⁰⁰.

Ao realizarem fichas de trabalho os alunos estão a consolidar e a testar os conhecimentos obtidos. Deste modo, caso errem alguma questão os alunos passam a ter a perceção de onde falharam e os professores, ao corrigirem as fichas seja de forma coletiva com os alunos em aula ou individualmente também, ficam com a perceção das dificuldades dos alunos.

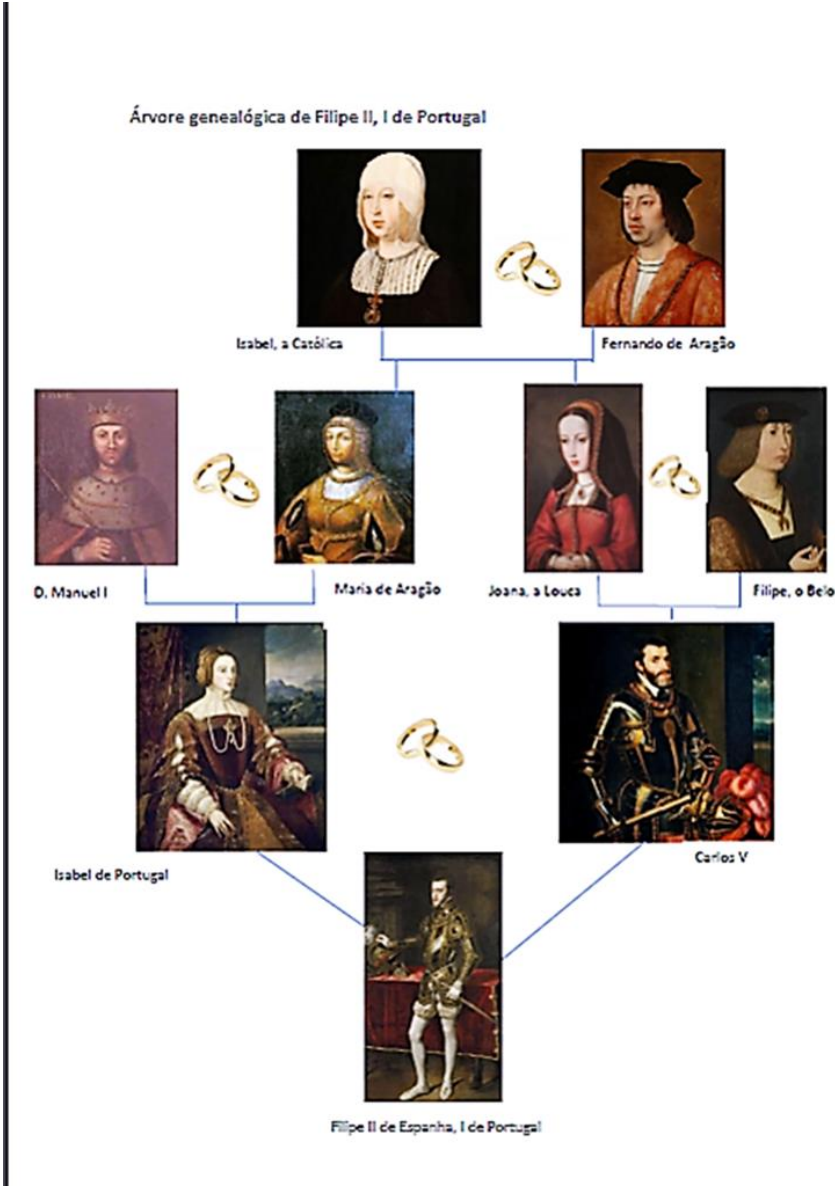
1.3. Árvore Genealógica e novas propostas de tarefas

A árvore genealógica construída para este trabalho pode ser utilizada pelos professores como vertente explicativa. Podem projetá-la no quadro para que os alunos compreendam a ligação de Filipe II (de Espanha) a Portugal e de onde surge a sua pretensão legítima. Além disso, contém imagens e consideramos que está bem simplificada para que os alunos entendam a descendência de Filipe de Habsburgo, de uma forma descomplicada. Consideramos que é muito mais fácil explicar esta descendência através de uma árvore genealógica com imagens do que se dizer que é filho de X e Y. Assim, compreendem a linhagem e as alianças matrimoniais que tornaram Filipe II de Espanha tão legítimo, como qualquer outro dos restantes pretendentes. Além disso, os professores podem pedir aos alunos uma tarefa de pesquisa, por exemplo como trabalho de casa com as seguintes linhas orientadoras:

- Fazerem uma breve pesquisa biográfica sobre os reis presentes na árvore genealógica;
- Fazerem uma breve pesquisa sobre as ligações matrimoniais entre Portugal e Castela.

³⁰⁰ Coelho, Tiago, 2014, p. 7.

Figura 2 - Árvore Genealógica



I.4. Roteiro de viagem pelos caminhos de Filipe I

O Património é outra questão que este trabalho pretende promover. Deve ser tida em conta a sua valorização e a interação dos alunos com o mesmo. O Património é um bem essencial que detém várias características, simbolismos e acima de tudo está intrinsecamente ligado à História. Neste sentido, foi tomada a iniciativa de se criar um itinerário de viagem sobre a temática em que se insere este relatório.

Figura 3 - Roteiro de viagem pelos caminhos de Filipe I



O roteiro de viagem por caminhos percorridos por Filipe I tem como objetivo criar uma ligação entre a disciplina de História e a valorização do Património Nacional e Internacional. Ambas as vertentes não se podem desvincular e deve ser fomentada a sua inevitável ligação. Viajar é uma forma de obter conhecimento. Explorar locais e monumentos é dos melhores recursos de aprendizagem e consolidação de conhecimento sobre determinados temas e pode produzir o “desenvolvimento de múltiplas competências pelas crianças e jovens”³⁰¹. E neste caso, não se foca apenas no contexto nacional. “Ao conceito de património atribuem-se, geralmente, valores de pertença desde o pessoal local até ao universal”³⁰². O património tem uma ligação com as temáticas do passado porque ~~os recursos presentes no património~~ permite-nos “viajar” no tempo e estar diretamente em contacto com épocas passadas, além disso é no património que encontramos meios que completam a Historiografia³⁰³. Todos os locais, sejam eles citadinos ou rústicos, sejam cidades, vilas ou aldeias são detentores de património histórico e muitos deles são a resposta para questões do passado. Através do património, encontram-se muitas vezes respostas sobre as vivências das sociedades passadas. Assim sendo, o indivíduo através do património consegue um contacto mais perceptível do passado. Ao interagir com o património, o indivíduo tem a capacidade de vivenciar as experiências dos agentes do passado e visualizar os seus bens, as suas construções, os seus recursos naturais, entre outras. O património é uma referências fundamental para a compreensão da História e das épocas passadas³⁰⁴. Apesar de Espanha ser relativamente perto de Portugal e a nível geográfico relativamente idênticos, ao estarem inseridos locais espanhóis neste roteiro para os alunos visitarem, está a ser alargado o seu leque de visão patrimonial. Este tema e este roteiro Ibérico destacam esta questão: “a representação da identidade coletiva está intimamente relacionada com outras identidades coletivas de forma diferenciada”³⁰⁵. Além disso, “o conceito de património é, também, a da temporalidade”³⁰⁶ e Portugal esteve ligado a Espanha em diversas fases temporais. Assim sendo, os professores têm mais que uma opção.

³⁰¹ Pinto, Maria Helena, 2011, p. vi.

³⁰² *Idem*, p. 9.

³⁰³ Manique, António Pedro; Proença, Maria Cândida, 1994, p. 55.

³⁰⁴ *Idem*, pp. 55-56.

³⁰⁵ Pinto, Maria Helena, 2011, p. 9.

³⁰⁶ *Idem*, p. 10.

Podem distribuir os folhetos pela turma de forma a suscitar o interesse dos mesmos em visitar os locais inseridos no roteiro. Podem alargar este material e mostrar mais imagens dos locais inseridos no folheto, projetando-as no quadro. “Viajar” em sala de aula torna-se possível. Ou, podem ir mais além e organizar uma visita de estudo para um desses locais, se a visita de estudo for concretizável podem ir questionando os alunos ao longo do itinerário e posteriormente, podem mandar os alunos redigir um texto sobre o que estes observaram na visita de estudo e o que acharam sobre os locais que percorreram. Desta forma, estão também a incutir espírito crítico e reflexivo nos alunos.

I.5. Separadores de livros e a importância da leitura

Foram, também, criados: separadores de livros para incentivar a leitura dos alunos e a sua curiosidade sobre os reis que envolvem este tema. Os separadores são cinco e cada um deles é sobre um determinado rei: D. Sebastião, Cardeal D. Henrique, Filipe I, Filipe II e Filipe III. Ao utilizarem o separador em qualquer tipo de livros recordarão sempre esta determinada matéria/aula. Cada separador contém a imagem do rei correspondente, o reinado, o local de falecimento e o cognome.

Figura 4 - Separadores de livros



As informações presentes nos separadores podem também despertar o interesse dos alunos em obterem mais informação sobre esses reis e levá-los a pesquisar mais sobre a História de Portugal e/ou de Espanha, por si próprios ou os professores podem pedir como trabalho de casa, uma pequena biografia sobre os respetivos reis.

Com a utilização destes materiais, neste tema, os alunos devem estar preparados para “avaliar as evidências; aprender a interpretar as evidências; aprender a cruzar vários tipos de evidências; a capacidade de avaliar perspectivas diferentes”³⁰⁷. Além disso, devem conseguir adquirir conhecimento através de vários recursos e saber analisar e valorizar diversos documentos historiográficos para que interpretem a História e as suas várias facetas de forma mais abrangente, concisa e principalmente com base no conhecimento da nova historiografia³⁰⁸.

³⁰⁷ Gomes, Rosa Maria Alves, 2009, p. 6.

³⁰⁸ Moreira, Maria Gorete, 2004, p. 41.

1.6. App Quizz Dinastia Filipina

Atualmente, as tecnologias fazem parte do cotidiano, principalmente do cotidiano juvenil. Todos os países defendem o uso das tecnologias em sala de aula no âmbito da História, considerando que é algo construtivo para a aprendizagem dos alunos, que ajuda a desenvolver várias componentes, principalmente as componentes de reflexão e sentido crítico e melhora a taxa de sucesso dos alunos. Assim sendo, foi feita uma parceria com uma jovem informática e criado um jogo em formato de *app* para telemóveis e tablets com *software* de Android. O jogo intitula-se: *Quizz Dinastia Filipina*³⁰⁹. A escolha deste *software* incidiu por a maioria dos alunos terem telemóveis *Android*. Estamos numa era em que os *smarthphones* acompanham as pessoas para qualquer lugar e a dependência destes dispositivos é cada vez mais eminente, por terem várias finalidades: utilizar o correio eletrónico, fazer chamadas, ver notícias, utilização de redes sociais, entre outras. Os jovens são os principais dependentes e utilizadores dos dispositivos móveis, assim sendo os mesmos podem ser utilizados e adaptados ao ensino e ter funções de cariz educativo³¹⁰. Também os professores têm mostrado interesse em utilizar dispositivos nas suas aulas, conhecer e utilizar apps no contexto educativo, porque além de estimularem a aprendizagem dos discentes, estão a trabalhar com os mesmos os conteúdos lecionados³¹¹. Posto isto, o acesso a este jogo só é possível através de dispositivos *Android*, a *app* terá apenas que ser descarregada, o que demora escassos minutos e estará apta para uso. O uso de apps visa estimular os alunos, motivá-los e melhorar a aprendizagem das temáticas³¹². Pode ser uma excelente forma de “revolucionar” de forma positiva as salas de aula e o ensino. As práticas educativas com dispositivos móveis contribuem para a aprendizagem e para que o ensino seja mais apelativo e dinâmico. Contudo, para a utilização dos *smartphones* em sala de aula é necessário um objetivo específico e ter-se em conta aquilo que se pretende que os alunos

³⁰⁹ Criada por mim e por Beatriz Cardoso.

³¹⁰ Moura, Adelina, 2016, p. 17.

³¹¹ Araújo, Inês, Carvalho, Ana Amélia, et al., 2018, p. 352.

³¹² *Idem*, p. 359

adquiram com a atividade³¹³. O objetivo principal desta atividade é dinamizar a matéria e que o jogo seja utilizado para testar e consolidar o conhecimento dos educandos. Os alunos enquanto se “divertem” ao jogar e a fazer algo mais dinâmico estão a consolidar aquilo que aprenderam ao longo da matéria. É um jogo constituído por dez perguntas sobre o tema deste trabalho, cada pergunta tem quatro possíveis respostas e os alunos têm que optar por uma, caso esteja certa ficará com cor verde, se estiver errada a cor da resposta ficará vermelha. No final, os alunos terão o número de respostas certas, o número de respostas erradas e a percentagem de sucesso. Assim sendo, além de ser uma atividade lúdica, pode ser também uma modalidade de avaliação. Os professores ficam com uma perceção mais alargada das dificuldades sentidas pelos alunos ao longo da assimilação da temática e os alunos ficam com a perceção dos erros cometidos. Os *quizzes* exigem concentração, foco e exercitação da memória, assim sendo, esta atividade pode considerar-se um processo de auto e hétero avaliação. Este recurso pode ser bastante produtivo e fazer com que os docentes e os discentes usufruam de experiências educativas mais dinâmicas. Além disso, pode ser uma atividade bastante motivadora e enriquecedora para os alunos e para o interesse dos mesmos pela disciplina de História. Considera-se que com a realização de *quizzes* os alunos têm tendência a armazenar informação durante mais tempo³¹⁴. Com este jogo em formato de *app* os professores podem realizar o jogo em sala e desta forma, dinamizar a aprendizagem em História, cativar o interesse dos educandos e testar o conhecimento adquirido pelos alunos ao longo da matéria. Caso o estabelecimento de ensino permita os alunos podem instalar a aplicação no seu próprio telemóvel e jogar individualmente. Hoje em dia maior parte dos alunos têm os seus próprios smartphones e sabem aceder a vários conteúdos de cariz tecnológica o que facilita bastante a realização desta atividade, além disso, poderem usar o telemóvel/tablet em sala de aula com a permissão e observação do docente para realizarem esta atividade pode ser bastante positivo e aumentar o interesse do aluno pelos conteúdos que está a estudar. Unir tecnologia ao ensino de História pode ser uma mais valia para a compreensão da História³¹⁵. Se o estabelecimento de ensino não

³¹³ Araújo, Inês, Carvalho, Ana Amélia, 2018, p. 18-19.

³¹⁴ Cruz, Sónia, 2016, p. 344-347

³¹⁵ Trindade, Sara, 2014, pp. 205-208.

permitir o uso de *smartphones/tablets* para a realização desta atividade ou o docente não quiser permitir o uso das mesmas, pode projetar o jogo no quadro e jogar com toda a turma.

Conclusão

O fio condutor do nosso relatório esteve dividido em três partes: pedagógica, síntese bibliográfica sobre a dinastia Filipina (1580-1640) e aplicação didática, que tinha como objetivo utilizar vários recursos e experiências em sala de aula.

O primeiro capítulo focou-se no Estágio desenvolvido ao longo do ano. Neste capítulo, caracterizou-se o Colégio, os anos escolares que este abrange e as atividades que proporciona aos alunos. Após uma breve contextualização do Colégio e dos valores que este visa promover, seguiu-se a caracterização da turma que lecionamos ao longo do ano, as atividades que realizámos e uma reflexão crítica sobre o nosso percurso e desenvolvimento ao longo do Estágio. Tentámos ao longo do estágio colmatar as nossas dificuldades, os nossos receios, produzir conhecimento em sala de aula e tentar ser o mais dinâmicos possível. Nem sempre foi fácil, tivemos que ultrapassar várias adversidades. Contudo, todas essas adversidades foram fundamentais para o nosso crescimento profissional e pessoal. Mostrámo-nos sempre disponíveis para participar em todo o tipo de atividades que surgiram e foi ótimo não nos restringirmos apenas à turma que nos foi cedida. Participar ativamente nas atividades e interagir com discentes de outras faixas etárias foi fundamental para o nosso processo de construção enquanto docentes. Posto isto, consideramos que o Estágio foi uma experiência fundamental e enriquecedora, que nos dará bases e bagagem para o futuro.

A segunda parte do relatório, visa de uma forma sucinta alargar os conhecimentos científicos de um determinado tema. Em algum momento do nosso percurso enquanto docentes iremos lecionar o tema estudado. Neste caso, foi muito gratificante, estudar de uma forma um pouco mais alargada e trabalhar o tema: Dinastia Filipina, porque era algo muito desejado. Foi um tema que sempre suscitou interesse. A vontade de alargar horizontes nesta temática era imensa e graças ao presente relatório, tal foi possível. Através da pesquisa bibliográfica, podemos concluir que a figura de Filipe I é sem dúvida alvo de discordância entre os historiadores, contudo, cada vez mais este agente do passado é visto à luz da Historiografia e não com a conotação negativa pós *Restauração da Independência*. Filipe II e Filipe III são figuras muito “apagadas” da História de Portugal e apesar de não se poder colocar os três Filipes no mesmo patamar, nem positivamente, nem negativamente, estas três figuras históricas estão intrinsecamente ligadas e seria quase impossível estudar apenas um dos Filipes, porque Filipe I é

o início de uma Dinastia, o início de um ciclo e posteriormente, as atitudes de Filipe II e Filipe III vão desencadear o fim da Dinastia, o fim do ciclo. As dificuldades encontradas nesta parte do trabalho incidiram no facto de existir muito mais bibliografia sobre Filipe I. A parte de Filipe II, é a que carece de mais bibliografia, contudo, a mesma é escassa.

A terceira e última parte deste trabalho focou-se na aplicação didática. Foi sem dúvida, onde foram encontradas as maiores dificuldades. Esta parte visou que se criasse uma nova atividade que contribuísse para o desenvolvimento pedagógico. Sendo um dossiê, acabou por se tornar em várias e diversas atividades e propostas pedagógicas. Para se criar um conjunto de recursos, temos que ter em conta o público alvo, os objetivos dos recursos e a forma como podem ser utilizados. Assim sendo, é preciso criatividade e esta nem sempre foi uma “boa aliada”. Apesar das dificuldades sentidas, consideramos positivo o facto de o dossiê ter várias propostas de atividades. Nenhuma atividade é totalmente perfeita e a longo prazo, porque estará sujeita a evolução e modificações, mas, considerasse que este dossiê contém materiais que podem auxiliar os professores nesta temática. Esta matéria nem sempre é de fácil compreensão, posto isto, quanta mais diversidade de recursos tiver, mais dinâmica será a exploração da matéria e as respetivas aulas. Estes materiais visam promover vertentes fundamentais no Ensino de História: Iconografia, Historiografia, Património e Tecnologia. Desta forma, professores e alunos podem usufruir de novos recursos e esta matéria pode ser trabalhada de uma forma mais abrangente e diversificada. Novos elementos, novas aprendizagens, novas visões são sempre uma mais valia para tornar as aulas mais apelativas e dinâmicas. Estes materiais podem ser úteis ao professores, caso queiram explorar mais esta matéria ou queiram realizar mais atividades com os alunos no âmbito desta temática. Para os alunos também será produtivo e importante realizarem novas atividades, como por exemplo dramatização em sala de aula ou jogo em formato de *app*, porque suscita-lhes mais interesse e gosto pelo que estão a assimilar. Estas estratégias podem ser utilizadas em outras temáticas, o que diferirá em outros temas será o conhecimento científico transmitido e os diferentes objetivos das metas curriculares.

Por fim, consideramos que todas as partes deste relatório foram fundamentais para o começo da nossa prática docente. A experiência pedagógica supervisionada foi fundamental porque estivemos a praticar o que nos foi transmitido na licenciatura e no 1º ano de mestrado,

a parte científica foi fundamental para alargamos os nossos conhecimentos historiográficos e a terceira parte foi um desafio, um desafio onde conseguimos interligar a didática com a temática científica. Todas estas vertentes foram grandes aprendizagens que contribuirão para o nosso percurso profissional e pessoal.

Bibliografia:

Andrade, Breno Gontijo; Araújo, Alexis Nascimento; Júnior, Gilmar Rodrigues; Pereira, Júnia Sales, *Empatia Histórica em Sala de Aula: Relato e análise de uma prática complementar de se ensinar/aprender a História*, Brasil, UFMG, 2011;

Araújo, Inês; Carvalho, Ana Amélia; Cruz, Sónia, *1910- Implantação da República em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2016.

Araújo, Inês; Carvalho, Ana Amélia; Cruz, Sónia; Ferreira, Ana Paula; Marques, Célio Gonçalves; Vieira, Agripina Carriço, *Novos cenários educativos com apps, jogos e dispositivos móveis. Um estudo de caso no Médio Tejo no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar*, Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2018.

Ashby, Rosalyn, *Desenvolvendo um conceito de evidência histórica: as ideias dos estudantes sobre testar afirmações factuais singulares*, Curitiba, Editora UFPR, 2006;

Bouza, Fernando, *D. Filipe I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013;

Barca, Isabel, *Aula Oficina: do Projeto à Avaliação*, Braga, Universidade do Minho, 2004;

Barca, Isabel, *Investigar em educação histórica: da epistemologia às implicações para as práticas de ensino*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007;

Braudel, Fernand, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, Lisboa, Dom Quixote, 1995;

Coelho, Tiago da Silva, *A Percepção da Sociedade Visual- As imagens no Ensino de História*, 2014;

Cruz, Sónia, *Quizzes: vantagens da sua utilização formativa*, Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2016.

Duarte, Ana, *Educação Patrimonial*, Lisboa, Texto Editora, 1993;

Gomes, Rosa Maria Alves, *O texto poético como fonte histórica: Um estudo com alunos do 11º ano de escolaridade*, Braga, Universidade do Minho, 2009;

Manique, António Pedro; Proença, Maria Cândida, *Didática da História Património e História Local*, Lisboa, Texto Editora, 1994.

Mattoso, José, *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993;

Monteiro, Nuno Gonçalo; Ramos, Rui; Sousa, Bernardo Vasconcelos e, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009;

Moreira, Maria Gorete, *As fontes históricas propostas no manual e a construção do conhecimento histórico*, Braga, Universidade do Minho, 2004.

Moura, Adelina, *As práticas de mobile learning no ensino básico e secundário: metodologias e desafios*, Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2016.

Nascimento, Jairo Carvalho do, *O Uso de documentos e a construção do conhecimento histórico*, Brasil, ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 04: História e Educação: sujeitos, saberes e práticas.

Neto, Margarida Sobral, *D. Isabel de Portugal: imperatriz perfeitíssima: 1503-1539*, Vila do Conde, QuidNovi, 2011;

Olival, Fernanda, *D. Filipe II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012;

Oliveira, António de, *D. Filipe III*, Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012;

Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal (1580-1668)*, Vol. III, Coimbra, Palimage, 2015;

Oliveira, António de, *Poder e Oposição Política em Portugal (1580-1640)*, Lisboa, DIFEL, 1990;

Pinto, Maria Helena Mendes Nabais Faria, *Educação Histórica e Patrimonial: concepções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*, Braga, Universidade do Minho, 2011;

Rodrigues, Martinho Vicente, *D. Filipe II: O Pio*, Lisboa, QuidNovi, 2009;

Schaub, Jean- Frédéric, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001;

Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, 2003;

Silva, Francisco Ribeiro da, *Filipe II e Portugal*, s.d.

Sousa, Ana Maria Correia Silva e, *O Drama no Ensino da História*, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1997;

Trindade, Sara Marisa da Graça Dias do Carmo, *O passado na ponta dos dedos: o mobile learning no ensino da História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014;

Xavier, Erica da Silva, *Ensino e História: O uso das fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico*, Brasil, 2010;

Anexos

I. Anexo I - Plano Individual de Formação

Docentes: Doutora Sara Trindade e Doutora Ana Isabel Ribeiro

Discente: Cláudia Nicolau

Foi com grande entusiasmo que iniciei o estágio pedagógico, apesar de todos os medos por ser jovem está a revelar-se uma experiência muito enriquecedora. Será um ano de experiência, um ano de aprendizagem e para testar vários recursos. De certeza que será bastante enriquecedor a nível profissional e pessoal, porque além de estarmos a aprender a ser professores, estamos a contribuir para a formação de cidadãos e cada aluno tem as suas especificidades e aprenderemos, certamente com as mesmas.

Assim sendo, irei enumerar as atividades que tenciono realizar ao longo do estágio. Ao longo deste estágio, será realizado um Relatório de Estágio. Este relatório terá uma componente de investigação sobre um determinado tema dado em contexto de aula ao 8ºano, terá a descrição do trabalho realizado ao longo do ano letivo e por último terá um elemento de aplicação didática. O tema do meu relatório de estágio será a Dinastia Filipina, sendo que gostaria inclusive de comparar a Historiografia Portuguesa com a Espanhola para ter uma visão mais alargada de como este tema é visto na atualidade.

No estágio tenciono realizar as seguintes funções e atividades:

- Assistir a aulas lecionadas pela minha orientadora e pelos meus colegas;
- Praticar a docência que me é exigida e dar outras aulas se assim me for pedido;
- Planificar/estruturar as aulas que estiverem ao meu encargo;

- Elaborar matrizes de testes;
- Elaborar testes;
- Elaborar critérios de avaliação;
- Corrigir testes;
- Dar Parlamento Jovem;
- Organizar uma visita de estudo em parceria com os meus colegas;
- Organizar Olimpíadas da História em parceria com os meus colegas;
- Dar aulas a outras turmas, se assim me for pedido;
- Integrar-me e participar em várias atividades do Colégio;
- Assistir aos Conselhos de Turma e intervir nos mesmos, caso me seja permitido;
- Dinamizar a matéria e arranjar diversos recursos para cativar o gosto dos alunos pela disciplina;
- Praticar interdisciplinaridade, sempre que possível;
- Desenvolver o meu tema de relatório de estágio e saber aplicá-lo.
- Criar o Clube da História;
- Dar aulas de apoio, se me for pedido;
- Realizar exposições com trabalhos dos alunos;
- Participar em todas as atividades que me sejam propostas;

No âmbito pessoal irei:

- Contribuir para a formação de cidadãos;
- Educar e ajudar sempre que seja necessário;
- Relembrar o quão é importante a História para a sua formação pessoal;
- Participar no dia do Colégio, no Dia Aberto e em todas as festas/atividades que o colégio realize;
- Realizar aulas em forma de debate, para criar um espírito de reflexão nos alunos;
- Promover a participação dos alunos;

2. Anexo 2- Dossiê de materiais

Texto dramatizado I.

Narrador: O rei de Portugal, D. Sebastião, morre no ano de 1578 na Batalha de Alcácer Quibir. Após a sua morte, sucede-lhe o Cardeal D. Henrique, homem de Deus e idoso. O seu reinado dura apenas dois anos e o trono português fica sem rei.

São apresentados à população do Reino de Portugal, três candidatos para ocuparem o trono:

Candidato 1: Sou Filipe de Habsburgo, rei de Espanha e o neto mais velho e legítimo do rei D. Manuel I. Por isso, tenho direito a ser rei de Portugal.

Candidato 2: Sou dona Catarina! Duquesa de Bragança por casamento e neta legítima do rei D. Manuel I, o trono de Portugal é meu por direito.

Candidato 3: O meu nome é António Prior do Crato. sou neto do rei D. Manuel e português. Assim sendo, sou o melhor candidato para assumir o Reino de Portugal.

Candidato 1: Como se atreve vós D. António, a querer o trono de Portugal se é neto bastardo de meu avô D. Manuel? Portugal precisa de um rei legítimo.

Candidato 3: E vós D. Filipe, sois espanhol. Nenhum espanhol deverá ocupar o trono dos portugueses. Não queremos ser governados por espanhóis. E vós dona Catarina, achais que uma mulher poderá governar este Reino?

Candidato 2: Tenho o apoio de nobres e clérigos, governarei.

Candidato 1: Não vos enganéis Dona Catarina. Grande parte da nobreza e do clero já me demonstrou o seu apoio. E a burguesia também me apoia.

Candidato 3: E eu tenho o apoio do povo. Não vos esqueçais que foi assim, que o primeiro João do Reino de Portugal, pai da Ínclita Geração subiu ao trono. Já nessa altura não queríamos ser governados por Castela. Serei aclamado rei.

Candidato 1: Podereis ser aclamado mas eu sou o rei de toda a Espanha. Tenho um exército grande e poderoso, se for preciso utilizarei o meu exército para vos derrotar.

Figura 1: Materiais utilizados na dramatização

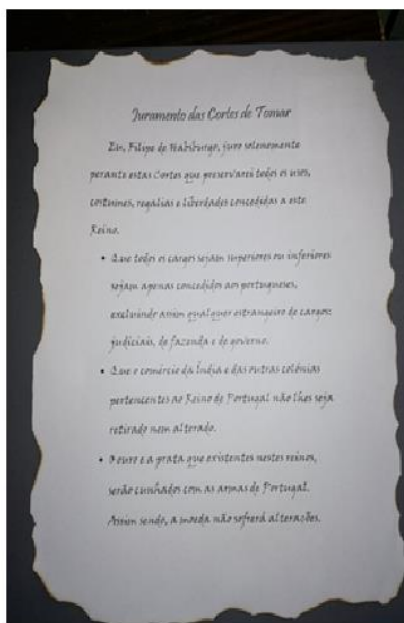


Figura 5 - Diapositivo 1



Figura 6 - Diapositivo 2



Figura 7 - Diapositivo 3

D. Sebastião tornou-se rei de Portugal em 1557.
Por ser demasiado jovem, o reino foi governado por dois regentes até atingir a maioridade:



D. Catarina de Áustria



Cardeal D. Henrique

Figura 8 - Diapositivo 4

Após assumir a governação do Reino, D. Sebastião começou um empreendimento para o Norte de África;



Figura 9 - Diapositivo 5

- Portugal, nesta altura já não tinha a glória e o poder económico de outrora;
- O Império estava a entrar em decadência;
- Foram pedidos empréstimos ao estrangeiro e recrutados mercenários;



Figura 10 – Diapositivo 6



Batalha de Alcácer Quibir, 4 de agosto de 1578

Figura 11 - Diapositivo 7

De “Desejado” a “Encoberto”



Figura 12 - Diapositivo 8

- D. Sebastião desapareceu em Alcácer Quibir, sem deixar herdeiros;
- Maior parte da nobreza portuguesa morre ou permanece em cativeiro em Marrocos;

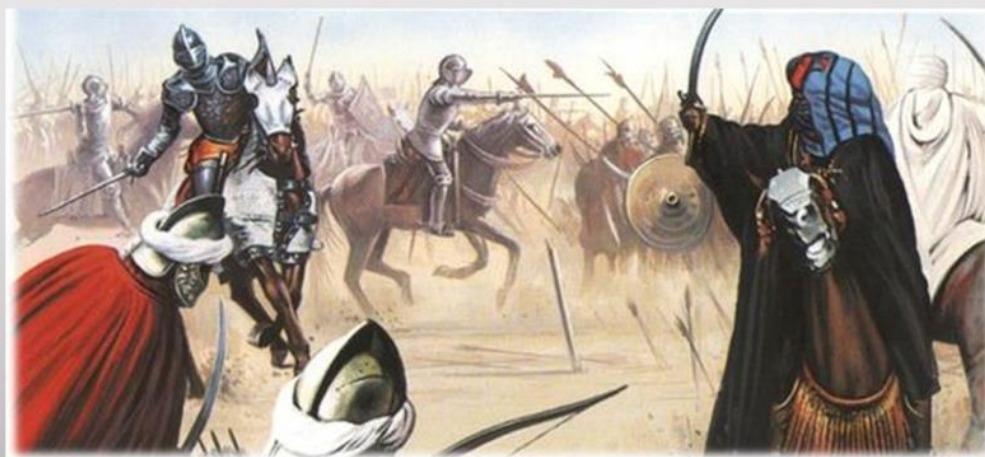


Figura 13 - Diapositivo 9

“O Sebastianismo”: Por o corpo nunca ter sido encontrado, criou-se um mito em torno desta figura. A ânsia dos portugueses em ter o seu rei de volta, fez de D. Sebastião uma lenda. Inclusive, vários homens alegaram ser D. Sebastião.



Figura 14 - Diapositivo 10

Pretendentes ao trono de Portugal



Filipe II de Espanha



D. Catarina, Duquesa de Bragança



D. António Prior do Crato

Figura 15 - Diapositivo 11

D. Filipe tinha mais vantagens que os restantes candidatos:

- Era legítimo;
- Tinha mais poder económico;
- Apoiou-se no Direito;
- Detinha um grande exército;



Figura 16 - Diapositivo 12

Dinastia Filipina

A Dinastia Filipina teve início em 1580 com o Juramento das Cortes de Tomar, feito por Filipe I.



Figura 17 - Diapositivo 13

Reinado de Filipe I

“Lembramos e pedimos a Vossa Magestade que estes Reynos fiquem sempre inteiros, e sejam per si em tudo e por tudo se hajam de reger e governar por suas Leys, ordenaçõens e foros e costumes como athe qui se fes e uzou.”

Capítulo IV dos Povos nas cortes de Lisboa de 1581(adaptado)

Figura 18 - Diapositivo 14

Reinado de Filipe II

- Convocou cortes portuguesas em 1619, renovando o pacto de Tomar com os seus vassallos e garantindo a sucessão do seu herdeiro.

“O rei faleceria dois anos depois, em 1621, e nunca mais um Habsburgo entraria em Lisboa na qualidade de rei de Portugal”.

Monteiro, Nuno Gonçalo; Ramos, Rui; Sousa, Bernardo Vasconcelos e, *História de Portugal*, 2009 (adaptado)

Figura 19 - Diapositivo 15

Reinado de Filipe III

“D. Filipe III foi um rei corporalmente ausente. Como rei, nunca esteve em Portugal. A ausência foi preenchida por governadores do reino ou vice-reis, para além dos meios simbólicos da realeza”.

Oliveira, António, *D.Filipe III*, 2012 (adptado)

Figura 20 - Diapositivo 16



Figura 21 - Diapositivo 17

Reinado de Filipe I (O Prudente): 1581-1598

Reinado de Filipe II (O Pio): 1598-1621

Reinado de Filipe III (O Grande): 1621-1640

Figura 22 - Diapositivo 18

A Dinastia Filipina terminou com a Restauração da Independência a 1 de Dezembro de 1640.

Subiu ao trono o Duque de Bragança, tornando-se D. João IV.



Figura 23 - Diapositivo 19

Webgrafia

Ilustração da página 4: retirada do livro "Nomes com História - D. Sebastião, realizada por Ana Tiago;

[https://www.pinterest.pt/;](https://www.pinterest.pt/)

https://twitter.com/imperio_e/status/720764828709699585

<https://i1.wp.com/www.vortexmag.net/wp-content/uploads/2017/12/independencia-4.jpg?fit=989%2C659&ssl=1>

Fichas de Trabalho

Ficha I

Figura 24 - Ficha I

Ficha União Ibérica (Século XVI)

- Liga cada uma das imagens ao respetivo rei:



Filipe I



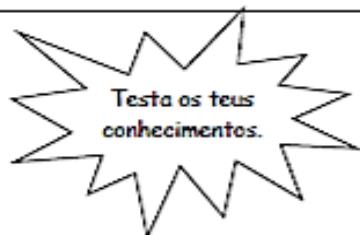
Filipe II



Filipe III

Figura 25- Ficha 2

Ficha sobre a União Ibérica (8ºano)



- Preenche o quadro com as datas de cada reinado;
- Indica no quadro as vantagens que Filipe I tinha para ocupar o trono;
- Indica no quadro o cognome de Filipe II;
- Indica no quadro que acontecimento ocorrido no reinado de Filipe III, levou ao fim da dinastia Filipina.

Filipe I	Filipe II	Filipe III

Figura 26 - Árvore Genealógica

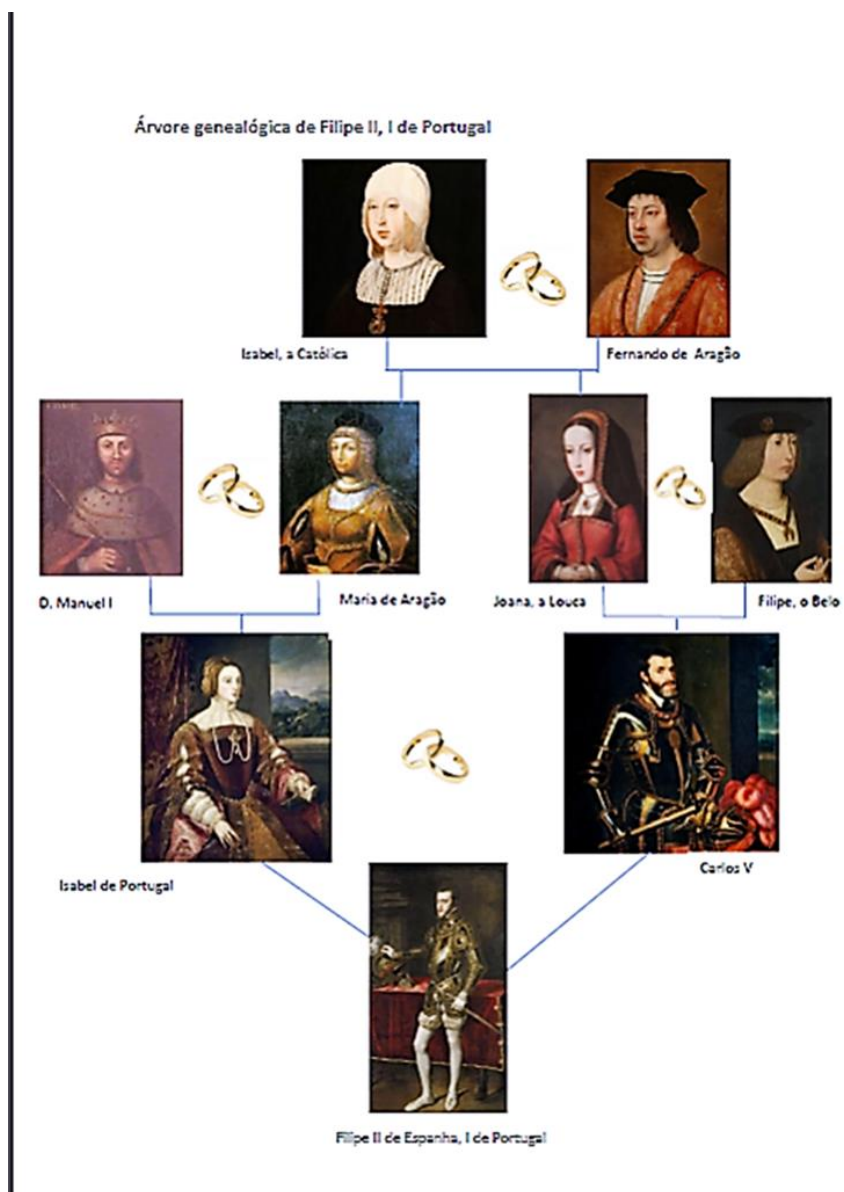


Figura 27 - Roteiro de viagem pelos caminhos de Filipe I

PELOS
CAMINHOS DE
FILIPE I...

Mestrado de Ensino
de História
2017/2018

Roteiro
Turístico...

Entre Portugal e
Espanha









Tomar

A cidade de Tomar, teve um papel crucial no início do Reinado de Filipe I. Estado a cidade de Lisboa infetada com a peste, as Cortes foram convocadas e realizadas na cidade de Tomar.

Foi nesta bela cidade, que Filipe I jurou manter as especificidades e as exigências do Reino de Portugal. Este juramento, dava autonomia e garantias aos Portugueses.

Tomar, pertence ao distrito de Santarém e é banhada pelo rio Nabão. Associada aos Templários e com muitos pontos históricos é uma cidade que vale muito a pena ser visitada.

Principais monumentos:

- Convento de Cristo (Património Mundial)
- Castelo de Tomar

MADRID

Para serem percorridos alguns dos caminhos por onde Filipe I passou, Madrid é uma passagem obrigatória. Sendo a atual capital de Espanha e o centro da governação espanhola, Madrid é uma cidade rica em história e cultura.

O Museu do Prado está repleto de gravuras da família de Habsburgo. Além disso, através de passeios pela cidade, ao longo da mesma também se encontram estátuas ligadas à Casa de Habsburgo. Assim sendo, Madrid é imprescindível nesta viagem pelos caminhos de Filipe I.

Principais monumentos:

- Museu do Prado
- Museu Reina Sofia
- Palácio Real








MOSTEIRO DO ESCORIAL.

O Mosteiro do Escorial, não é uma cidade construída e o local com maior ligação a Filipe I. Este Mosteiro foi patrocinado e fundado pelo mesmo, Filipe I que passou os seus últimos meses de vida neste espaço e além desta importância atribuída pelo monarca, tornou-se o padrão dos Habsburgo.

Este Mosteiro tem quatro divisões: o mosteiro, o palácio, a biblioteca e atualmente um museu. Situa-se na Serra de Guadarrama e fica relativamente perto da cidade de Madrid. A biblioteca deste Mosteiro, recebeu cerca de 4 mil exemplares da coleção privada do rei.



Figura 28 - Separadores de livros

				
■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■
D. Sebastião, Rei de Portugal e dos Algarves	Cardeal D. Henrique	Filipe I	Filipe II	Filipe III
Reinado: 11 de junho 1557 a agosto de 1578	Reinado: 4 de agosto de 1578 a 31 de janeiro de 1580	Reinado : 1581 a 13 de setembro de 1598	Reinado: 13 de setembro de 1598 a 31 de março de 1621	Reinado: 31 de março de 1621 a 1 de de- zembro de 1640
Falecimento: Alcácer-Quibir	Falecimento: Lisboa	Falecimento: Mosteiro do Escorial	Falecimento: Madrid	Falecimento: Madrid
Cognome: O Desejado	Cognome: O Casto	Cognome: O Pio	Cognome: O Piedoso	Cognome: O Grande

App I: Quizz Dinastia Filipina

Figura 29 - Ícon App Dinastia Filipina

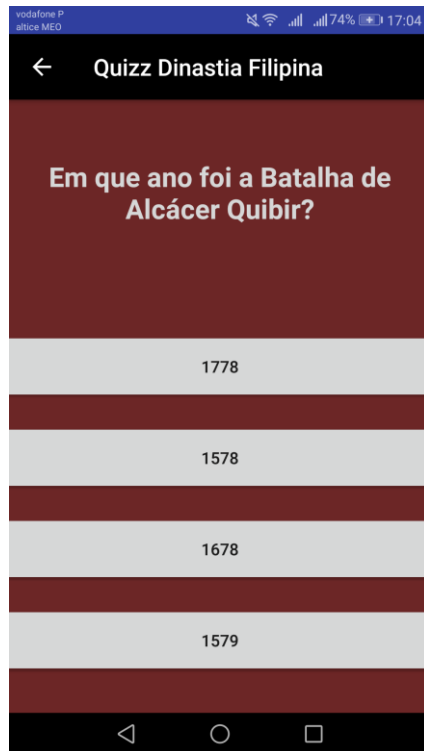


Figura 30 - Écrans De Jogo

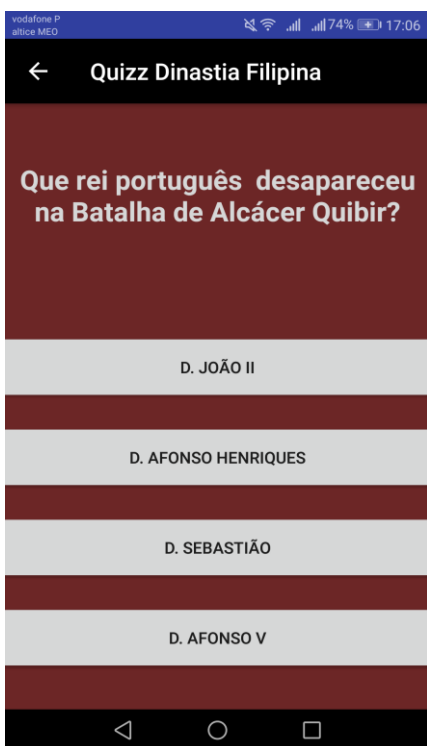
Écran 1



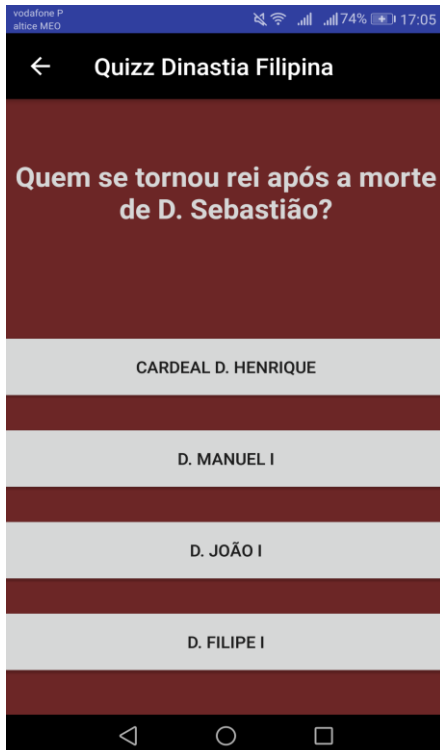
Écran 2



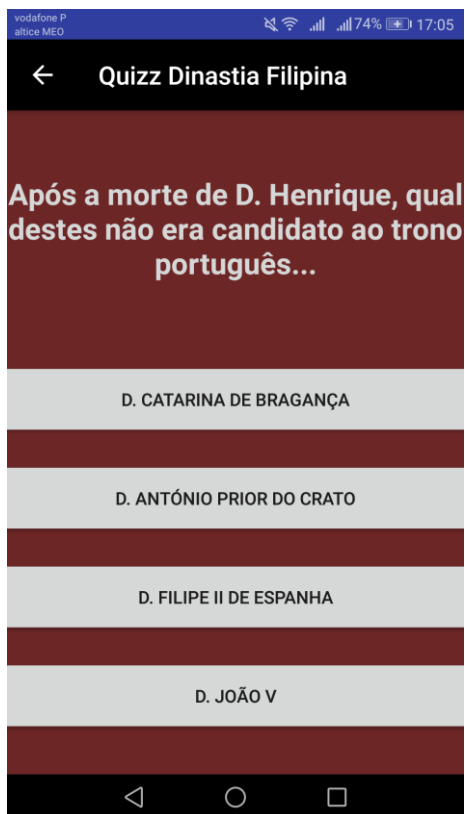
Écran 3



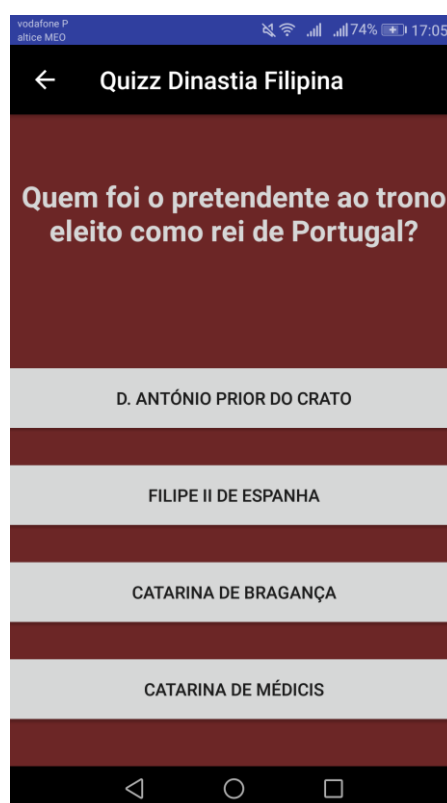
Écran 4



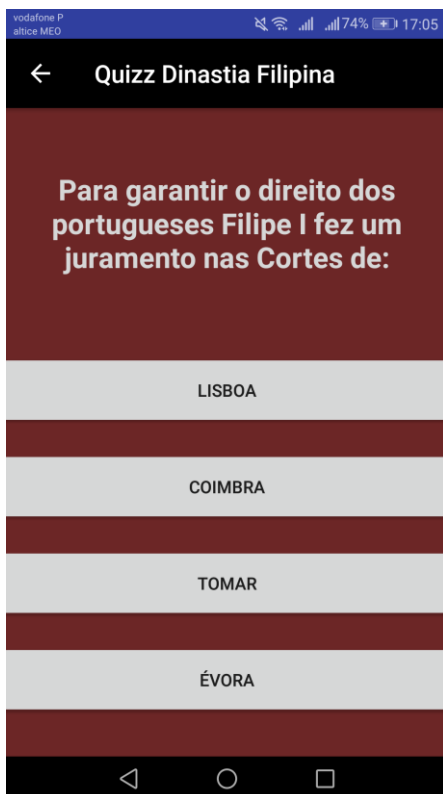
Écran 5



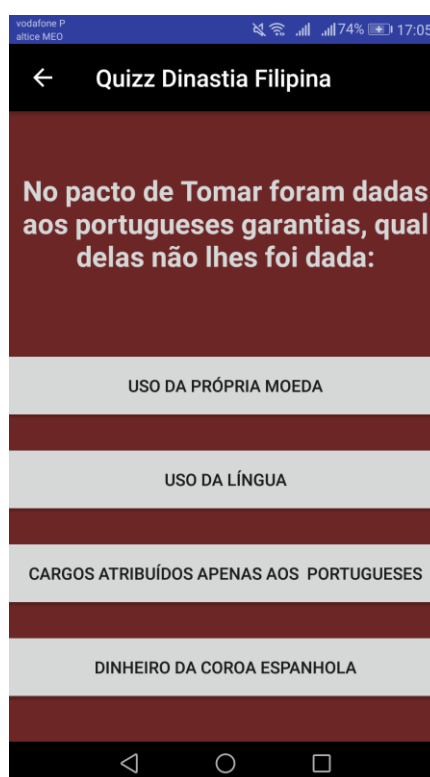
Écran 6



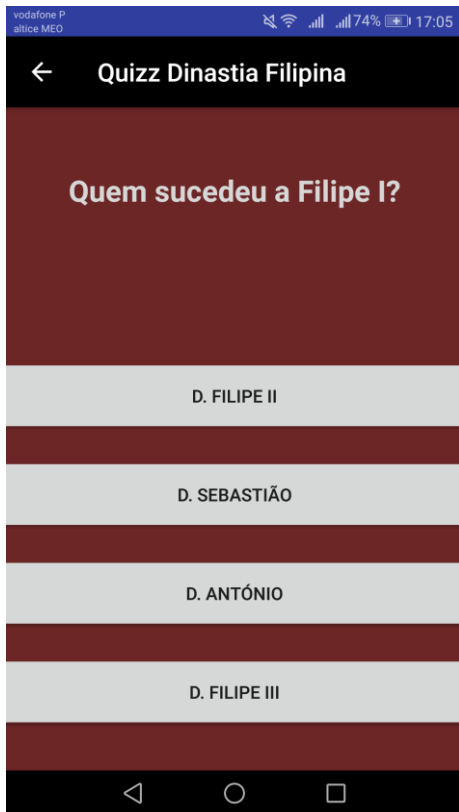
Écran 7



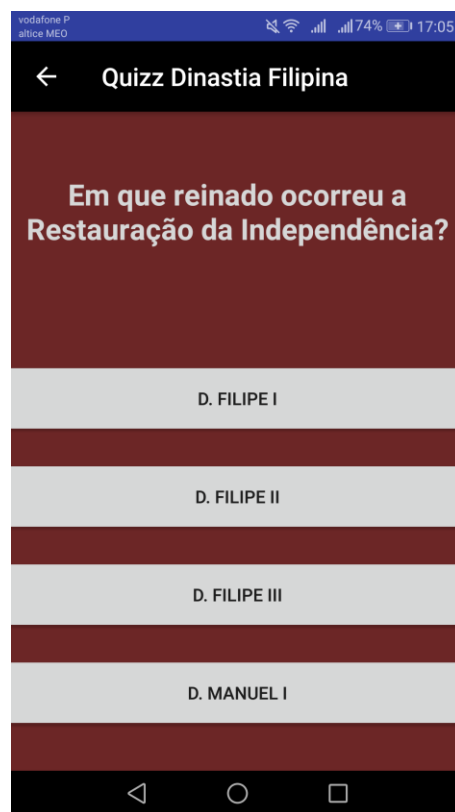
Écran 8



Écran 9



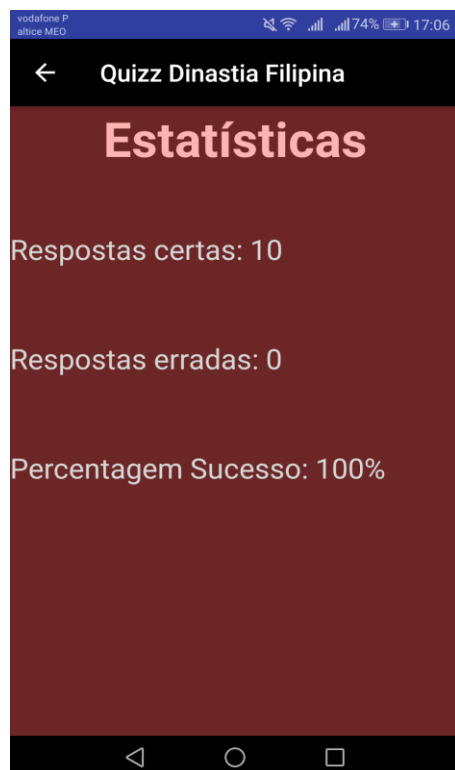
Écran 10



Écran 11



Écran 12



Respostas certas:

Écran 2: 1578

Écran 3: D. Sebastião

Écran 4: Cardeal D. Henrique

Écran 5: D. João V

Écran 6: Filipe II de Espanha

Écran 7: Tomar

Écran 8: Dinheiro da Coroa Espanhola

Écran 9: D. Filipe II

Écran 10: D. Filipe III

Écran 11: 1640

3. Anexo 3 - Imagens

Figura 31 - D. Sebastião³¹⁶



Figura 32 - Juana de Áustria (mãe de D. Sebastião)³¹⁷



³¹⁶ Fonte <https://www.museodelprado.es/>

³¹⁷ <https://www.museodelprado.es/>

Figura 33 - D. Catarina de Áustria (Rainha de Portugal)³¹⁸



Figura 34 - Isabel de Portugal³¹⁹



³¹⁸ <https://www.museodelprado.es/>

³¹⁹ <https://www.museodelprado.es/>

Figura 35 - Cardeal D. Henrique³²⁰



Figura 36 - Filipe I enquanto Príncipe das Astúrias³²¹



³²⁰ Fonte: <http://www.arqnet.pt/portugal/temashistoria/henrique.html>

³²¹ Fonte: <https://www.museodelprado.es/>

Figura 37 - D. António Prior do Crato³²²



Figura 38 - D. Catarina, duquesa de Bragança³²³



³²² https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_de_Portugal,_Prior_do_Crato#/media/File:Anthony_I_of_Portugal.jpg

³²³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Catarina_de_Portugal,_Duquesa_de_Bragan%C3%A7a#/media/File:Catarina_duquesa_braganza.jpg

Figura 39 - Filipe II de Espanha (I de Portugal)³²⁴



Figura 40 - Infanta Maria Manuela de Portugal (1ª esposa de Filipe I)³²⁵



³²⁴ <https://www.museodelprado.es/>

³²⁵ <https://www.museodelprado.es/>

Figura 41 - Maria Tudor (Rainha de Inglaterra e 2ª esposa de Filipe I)³²⁶



Figura 42 - Invencível Armada³²⁷



³²⁶ Fonte: <https://www.museodelprado.es/>

³²⁷ Fonte: <https://escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/Invenc%C3%ADvel-Armada/480660>

Figura 43 -Elizabeth I (Rainha de Inglaterra aquando a derrota da Invencível Armada)³²⁸



Figura 44 -Isabel de Valois (3ª esposa de Filipe I)³²⁹



³²⁸ Fonte: <https://ummahsonic.com/queen-elizabeth-trade-islam/>

³²⁹ Fonte: <https://www.museodelprado.es/>

Figura 45 - Ana de Áustria(4ª esposa de Filipe I)³³⁰



Figura 46 - Morte de Filipe I³³¹



³³⁰ Fonte: <https://www.museodelprado.es/>

³³¹ Fonte <https://www.museodelprado.es/>

Figura 47 - Filipe II³³²



Figura 48 - Margarida de Áustria (esposa de Filipe II)³³³



³³² Fonte: <https://www.museodelprado.es/>

³³³ Fonte: <https://www.museodelprado.es/>

Figura 49 - Filipe III³³⁴



Figura 50 - Isabel de Borbón (1ª esposa de Filipe III)³³⁵



³³⁴ Fonte: <https://www.museodelprado.es/>

³³⁵ Fonte: <https://www.museodelprado.es/>

Figura 51 - Mariana de Áustria (2ª esposa de Filipe III)³³⁶



Figura 52 - Restauração da Independência³³⁷



³³⁶ Fonte: <https://www.museodelprado.es/>

³³⁷Fonte:https://pt.wikipedia.org/wiki/Restaura%C3%A7%C3%A3o_da_Independ%C3%Aancia#/media/File:Joao_I_V_proclaimed_king.jpg